

ABRACICON

Publicação Trimestral da Academia
Brasileira de Ciências Contábeis

SABER

ABRACICON lança filme sobre a imagem do profissional contábil



EM CENA, OS VALORES DA CONTABILIDADE

Artigo Prime

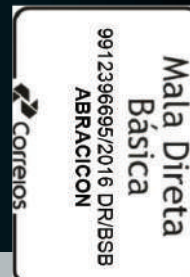
O desafio das eleições de 2016:
o cumprimento das normas
de financiamento e gastos e a
prestação de contas de campanha

Exclusiva Abracicon

Aprendizagem significativa: a
contribuição dos métodos ativos para
o ensino da contabilidade

Perfil

Pedro Coelho Neto



EXPERIÊNCIAS DE ESTUDO INOVADORAS LEVAM O SUCESSO PROFISSIONAL À VOCÊ.

Desenvolvido pelo Secad em parceria com a ABRACICON, o PROCONTAB foi organizado com diversos conteúdos sobre Contabilidade. Assim, você mantém o seu conhecimento atualizado de forma didática e inovadora.



Desenvolvido por **profissionais renomados**



Receba o material no **seu endereço**



Estude **onde, como e quando** você quiser



Até 120 horas de atualização profissional



Acesso ao **Portal Virtual**

Chancelado pela



EXPEDIENTE

REVISTA ABRACICON SABER
 EDIÇÃO Nº 16 – MAIO/JUNHO/JULHO 2016
 ISSN: 2357/7428

Editor

Academia Brasileira de Ciências Contábeis
 (ABRACICON)

Endereço:

SAS - Quadra 05 - Bloco J - Edf. CFC, 4º
 andar, CEP: 70.070-920 – Brasília (DF)

Contato:

(61) 3314-9453
 abraciconsaber@abracicon.org.br

**DIRETORIA DA ABRACICON
 Gestão 2014 a 2017****Presidente**

Maria Clara Cavalcante Bugarim (AL)

Diretora de Administração e Finanças

Diva Maria de Oliveira Gesualdi (RJ)

Diretora Operacional

Marta Maria Ferreira Arakaki (RJ)

Diretor de Ensino e Pesquisa

Antonio Carlos Nasi (RS)

CONSELHO FISCAL**Gestão 2014 a 2017****Membros Efetivos**

Gaitano Laertes Pereira Antonaccio (AM)

Janir Adir Moreira (MG)

Washington Maia Fernandes (MG)

Membros Suplentes

Alcedino Gomes Barbosa (GO)

Nelson Machado (DF)

Irineu De Mula (SP)

Coordenadora do Conselho Editorial

Acadêmica Doutora Gardênia Maria Braga de
 Carvalho

Conselho Editorial

Doutor José Antonio de França

Acadêmico Elias Dib Caddah

Acadêmico Doutor Vicente Pacheco

Acadêmico Alexandre Bossi

Acadêmico José Eustáquio Geovannini

Projeto Gráfico, Redação e Diagramação

CQueiroz Comunicação – (81) 3429.5846

Gráfica: Qualytá**Tiragem:** 6.000 exemplares**Fotos:** Ceditas pelas Academias Regionais e
 ABRACICON

Permitida a reprodução de qualquer matéria,
 desde que citada a fonte. Os conceitos
 emitidos em artigos assinados são de
 exclusiva responsabilidade de seus autores.

www.abracicon.org.br

Edição nº 16

Em sua décima sexta edição, a Revista ABRACICON Saber traz para o leitor o que vem sendo trabalhado no universo acadêmico para o aprimoramento dos futuros profissionais das Ciências Contábeis. Uma parceria que gera frutos e fortalece cada vez mais os laços desta Academia com as Instituições de Ensino Superior de diversas regiões do país.

Nesta edição, a Academia ilustra a capa do nosso periódico com um projeto inovador intitulado 'CineContábil Abracicon'. Trata-se de uma especial sessão de cinema que homenageia os 70 anos da regulamentação da profissão contábil. O lançamento aconteceu em Brasília (DF) e irá percorrer várias capitais brasileiras. A cobertura do evento pode ser conferida nesta edição (pág. 15).

O Artigo Prime aborda o tema "O desafio das eleições de 2016: o cumprimento das normas de financiamento e gastos e a prestação de contas de campanha", levando-se em consideração que estamos a poucos dias das eleições para prefeitos, vice-prefeitos



Maria Clara Cavalcante Bugarim

Presidente da ABRACICON

e vereadores em todo o Brasil. Os autores delineiam o que há de mais atual no momento sobre o assunto.

No artigo consta uma análise detalhada do que os candidatos podem e não podem fazer durante o período de campanha, dentro das regras da Justiça Eleitoral. Destaque para informações sobre o uso de aplicação financeira, como doações oriundas de outros partidos políticos e a utilização de recursos do Fundo Partidário.

Outra importante matéria em destaque na nossa revista refere-se ao 'Quintas do Saber' – programa da ABRACICON que já se consolida um sucesso -, onde se tratou da perícia sob a luz do Novo Código do Processo Civil (CPC).

Matéria de Capa

16 ABRACICON lança filme sobre a imagem do profissional contábil

Regionais



13 | AMCC empossa 10 novos acadêmicos

Jovem Profissional



14 | Jovem Profissional: Vantagens e desafios tecnológicos

Quintas do Saber



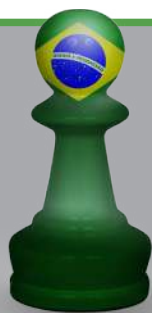
18 | Quintas do Saber: Conselheiro do CNJ apoia utilização do CNPC pela Justiça

Boas Práticas de Ensino



24 | Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Santo Agostinho se destaca como um dos melhores da região meio norte

Artigo Prime



28 | O desafio das eleições de 2016: o cumprimento das normas de financiamento e gastos e a prestação de contas de campanha

Perfil



63 | Pedro Coelho Neto

Exclusiva Abracicon

33

Aprendizagem significativa: a contribuição dos métodos ativos para o ensino da contabilidade

Indicações



66 | Livros

As grandes alterações para 2016: ABACICON apoiou seminário da FBC na BA



A Academia Baiana de Ciências Contábeis (ABACICON), representada pelo seu presidente Adeildo Osório de Oliveira, apoiou o Seminário Contábil-Fiscal e de Autoria com o tema "As Grandes Alterações para 2016", que aconteceu no Hotel Vila Galé, em Salvador-BA, no dia 11 de julho de 2016. O seminário foi realizado pela Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), com o apoio também do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Conselho Regional de Contabilidade da

Bahia (CRCBA) e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

Como palestrantes, Idésio Coelho (presidente da IBRACON); Wanderley Olivetti (sócio da Deloitte); Eduardo Pocetti (presidente do Conselho de Administração do IBRACON); Sérgio Dias (sócio da PWC BRASIL); e Charles Kriek (sócios da KPMG). O presidente da ABACICON participou como painalista no painel "Práticas

Contábeis, Fiscais e Tributárias para 2016. E a acadêmica Graciela Mendes Ribeiro Reis foi moderadora no painel "Governança para Redução de Riscos de distorções relevantes nas Demonstrações Contábeis". Já o diretor Administrativo e Financeiro da Academia, assim como o presidente do CRCPE, José Gonçalves Campos Filho, participaram como moderadores de painéis do evento.



ASCC no X Seminário de Ciências Contábeis da Faculdade Sergipana

A Academia Sergipana de Ciências Contábeis (ASCC) participou nos dias 9 e 10 de maio, do X Seminário de Ciências Contábeis da Faculdade Sergipana. Na ocasião, a presidente da Academia, Maria Salete Barreto Leite, ministrou uma palestra para os acadêmicos com o tema "A transformação da contabilidade nos últimos 70 anos".



Exposição 'Contabilidade: Um Balanço da História' aconteceu em Aracaju



Na tarde de 22 de junho foi lançada oficialmente, em Aracaju, a exposição 'Contabilidade - Um Balanço da História'. Diversos estados já receberam a exposição – uma iniciativa do Conselho Federal de Con-

tabilidade (CFC) e da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (ABRACICON).

Em Sergipe, o Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe (CRCSE), juntamente com a Academia Sergi-

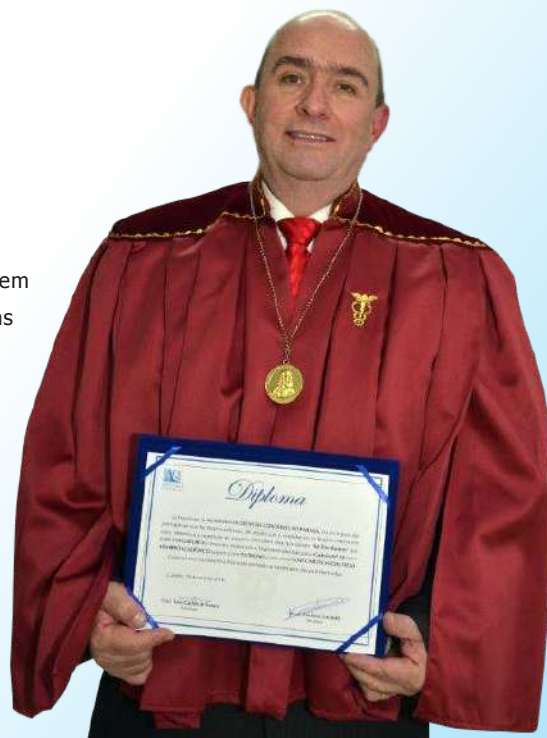
pana de Ciências Contábeis (ASCC), abraçaram a ideia que contou com o apoio do Governo do Estado de Sergipe e com o Palácio Museu Olímpio Campos, onde ficou hospedada a exposição até o dia 5 de agosto.

Dentre os presentes, representando o presidente do CFC, contador Jose Martônio Alves Coelho, o vice-presidente de Desenvolvimento Operacional do CFC, Aécio Prado Dantas Júnior. As Instituições de Ensino Superior Sergipanas foram representadas pelo reitor da Universidade Tiradentes (UNIT), professor Jouberto Uchôa de Mendonça.

ACCPR empossa novo acadêmico

No dia 29 de abril foi realizada na cidade de Cascavel (PR), a solenidade de posse do professor e contador Udo Strassburg, como novo acadêmico da Academia de Ciências Contábeis do Paraná (ACCPR). O momento foi conduzido pelo presidente da ACCPR, Luiz Carlos de Souza. Udo Strassburg passa a ocupar a cadeira de nº 34, anteriormente ocupada pelo saudoso acadêmico José Carlos Maldazzo.

A cerimônia foi realizada em solenidade conjunta com as comemorações do Dia do Contabilista, realizada pelo Sindicato dos Contabilistas de Cascavel e região, reunindo diversas pessoas, além de um grande número de autoridades locais.



João Eloi Olenike toma posse na ACCPR



Em 20 de maio, momentos emocionantes foram vivenciados pelos acadêmicos da Academia de Ciências Contábeis do Paraná (ACCPR), durante a cerimônia de posse do novo acadêmico, João Eloi Olenike, ocupante da cadeira de nº 12, antes tomada pelo saudoso acadê-

mico Orlando Rodrigues Teixeira. O evento aconteceu no auditório do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR) e foi prestigiado por autoridades que representaram os principais órgãos da classe contábil paranaense, além de familiares e dezenas de convidados.

Em seu discurso, João Eloi Olenike homenageou o memorável acadêmico Gilberto Luiz Nassif, que teve a sua história relembra em um filme especialmente elaborado para a ocasião, contendo depoimentos de colegas que fizeram parte da sua trajetória.



I Simpósio de Convergência Contábil SCC do RN



A Academia Norte-Rio-Grandense de Ciências Contábeis (ACADERNCIC) realizou, nos dias 31 de março e 1º de abril, o I Simpósio de Convergência Contábil SCC, em Natal (RN). O tema em discussão voltou-se para as normas de auditoria independente, com direcionamento às Normas Internacionais da Contabilidade. A expositora do tema foi a contadora, professora e doutora Célia Oliveira de Jesus Sacramento, que também é vice-prefeita da cidade de Salvador (BA).

Na ocasião, a Academia concedeu à Célia Sacramento o título de 'membro honorário' em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à contabilidade brasileira. Em seguida, tomaram posse os acadêmicos da ACADERNCIC, Égon José Mateus Celestino (cadeira nº 1, do patrono João de Lyra Tavares) e Aduino José de Carvalho Filho (cadeira nº 10, do patrono Manoel Raimundo de Aguiar).



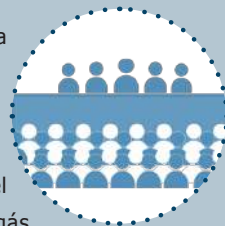
Biografia de João e Paulo Lyra

A presidente da ACADERNCIC, Jucileide Ferreira Leitão, se reuniu no Rio de Janeiro com Rosa Lyra, neta do senador João Lyra (patrono da contabilidade brasileira) e com a senhora Nina Maria Veiga (neta de Paulo Lyra, que é filho do senador João Lyra) para tratarem da revisão da biografia dessas ilustres figuras da história da contabilidade do país.



Assembleia

Realizada no dia 16 de julho, a 2ª Assembleia Geral Extraordinária – AGE 02, no Hotel Chale Lagoa dos Ingás, Martins (RN). Momento contou com a participação de 21 pessoas, entre membros fundadores, efetivos e demais convidados. Para as comemorações alusivas ao aniversário de 39 anos da ACADERNCIC, foi lançada a nova logomarca da Academia, com uma linha de produtos composta por camisa, caneca, sandália, mousepad, squeeze e bottons. O XIV Simpósio Contabilístico Potiguar com o tema "Perícia Contábil: Visão teórica e prática", ocorrido entre os dias 25 e 28 do mesmo mês, encerrou as festividades.



Nota de falecimento

A ACADERNCIC e a contabilidade potiguar registram um déficit de liderança e potencialidade nas causas contábeis. No dia 10 de março, nos deixou o contador José Pinto Freire, membro-fundador e presidente interino na fase do resgate da ACADERNCIC, em 2010.

O ilustre acadêmico foi presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte (CRCRN) e do Sindicato dos Contabilistas no Estado do Rio Grande do Norte (SINDCON-TRN).



AMACIC esclarece dúvidas sobre a prestação das contas eleitorais em Seminário



O Seminário sobre 'Prestação de Contas Eleitoral 2016' foi realizado no dia 19 de julho, pelo Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso (CRCMT). A iniciativa atendeu ao pedido do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e teve como parceiros a Academia Mato-Grossense de Ciências Contábeis (AMACIC); a Ordem dos Advogados do Brasil; o Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso (TRE-MT) e o Sindicato

dos Profissionais de Contabilidade de Mato Grosso (SINCON-MT).

Durante o seminário foram esclarecidos pontos do processo eleitoral, considerando a relevância no atual cenário político nacional. Este ano, mais de 2,2 milhões de eleitores de Mato Grosso irão às urnas para escolher prefeitos e vereadores dos 141 municípios mato-grossenses - dados são do TRE-MT.

6º ACADEMICON

Encontro Pernambucano de Contadores com a Academia Pernambucana de Ciências Contábeis

EDUCAÇÃO
Ponte para o desenvolvimento profissional

APECICON realiza 6º ACADEMICON e presidente da ABRACICON é homenageada no evento

Em noite de muita emoção e encontro de profissionais das Ciências Contábeis de várias regiões, estudantes e representantes de entidades contábeis, foi realizada na noite de 25 de agosto, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a sexta edição do Encontro

de Contadores com a Academia Pernambucana de Ciências Contábeis (6º ACADEMICON).

Uma mesa de honra conduzida pelo presidente da Academia Pernambucana de Ciências Contábeis (APECICON), professor e contador professor Fran-

cisco de Assis Galvão Barreto Pinho, foi composta ainda pelos presidentes, Maria Clara Cavalcante Bugarim, da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (ABRACICON), homenageada da noite; José Martonio Alves Coelho, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC); José Gonçalves Campos Filho, do Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco (CRCPE), representando as demais entidades contábeis do estado, e pelo professor doutor Jeronymo Libonati, diretor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), da UFPE.

Ao abrir a noite solene, o professor Francisco Galvão passou a palavra para a presidente da ABRACICON, que imediatamente deu posse aos membros da diretoria reeleita para o biênio 2016 a 2018. Em seguida, a APECI-



Professor Francisco Galvão (APECICON) homenageia Maria Clara (ABRACICON).

CON empossou dois novos acadêmicos, sendo eles: o contador Carlos Alberto de Miranda Medeiros (cátedra nº 31) e a contadora Alba Rosa Nunes Ananias (cátedra nº 04), responsável pela leitura do juramento acadêmico. Um dos momentos mais aguardados da noite foi protagonizado pela presidente da ABRACICON, que recebeu a Medalha de Mérito Acadêmico Professor Doutor Francisco Ribeiro Filho - criada neste ano de 2016, pela APE-CICON, para prestigiar instituições e personalidades que, por suas qualidades, tenham se destacado no campo educacional ou prestado relevantes serviços em prol do ensino e das Ciências Contábeis.

Maria Clara quebrou o protocolo compartilhando com os presentes alguns momentos vivenciados com o professor Francisco Ribeiro. "Sem dúvida esta foi uma das maiores homenagens que recebi ao longo da minha

“ Sem dúvida esta foi uma das maiores homenagens que recebi ao longo da minha vida, pois tive a honra de conhecer o ‘ser humano’ maravilhoso que dá nome a esta medalha. ”

Maria Clara Cavalcante Bugarim
Presidente da ABRACICON

vida, pois tive a honra de conhecer o ‘ser humano’ maravilhoso que dá nome a esta medalha. Vim de Alagoas, de carro, fazer minha especialização em Recife e me perdi no caminho. Mas ao chegar na UFPE, encontrei uma pes-

soa apaixonada pelo que fazia, um verdadeiro orientador, que me ensinou a desempenhar o meu trabalho com dedicação e amor”, declarou a presidente da ABRACICON. Os filhos do professor Francisco Ribeiro participaram da homenagem e receberam o certificado de ‘Preito de Gratidão’ das mãos do professor Francisco Galvão.

A palestra “Educação Profissional Continuada” foi ministrada em seguida pelo presidente da 2ª Seção Regional do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e acadêmico da APE-CICON, Marcelo Galvão Guerra.

Ao final das atividades, o professor Francisco Galvão convidou a todos para a realização do tradicional ‘corte do bolo’ em comemoração alusiva aos 39 anos da APE-CICON.



Maria Clara (ABRACICON) e acadêmicos da APE-CICON.

APICICON firma parceria



Da esq. para a dir.: Edgar Madruga (coordenador do IPOG), Flávia Cristina (consultora do Instituto), Elias Caddah (presidente da APICICON) e José Corsino Castelo Branco (diretor financeiro da Academia).

A Academia Piauiense de Ciências Contábeis (APICICON) e o Instituto de Pós-graduação e Graduação firmaram, em maio, uma importante parceria em prol da disseminação do conhecimento.

O compromisso entre as duas instituições foi firmado em Teresina, por meio do presidente da APICICON, contador Elias Caddah, e do coordenador do IPOG, Edgar Madruga. A união também visa

contribuir com o progresso científico no Piauí, proporcionar debates, além de promover a atualização e incentivo ao conhecimento na área contábil e afins.

Capacitação - Os frutos dessa parceria já estão sendo colhidos. No dia 29 de julho aconteceu o primeiro evento promovido pelas duas instituições. A capacitação sobre o eSocial foi ministrada pelo especialista em Gestão, Contabilidade e Controladoria, Fernando Sampaio. Cerca de 40 profissionais participaram do momento.

Para uma plateia ávida por conhecimento, Sampaio esclareceu dúvidas, discorreu sobre as últimas novidades acerca do assunto, comentou os principais impactos nos processos da empresa e preparou o público-alvo para o atendimento e implantação da obrigação.



Profissionais contábeis, especialista Fernando Sampaio, presidente e membros da APICICON durante capacitação sobre o eSOCIAL.



Elias Caddah (presidente da APICICON) e o especialista Fernando Sampaio.

Reunião e confraternização junina na APICICON

No dia 23 de junho presidente, diretores e acadêmicos da APICICON estiveram reunidos para debater assuntos de interesse da Academia. Na pauta do encontro, parcerias que têm sido firmadas, apresentação de um planejamento de eventos, discussão sobre o

lançamento de obras e a participação da APICICON no 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade (CBC), em Fortaleza-CE. Ao final, os imortais se confraternizaram em um arraial junino promovido em parceria com o SESCON-PI.



Presidente, diretores e acadêmicos da APICICON debatendo temas de interesse da classe.



AMCC empossa 10 novos acadêmicos



A Academia Maranhense de Ciências Contábeis (AMCC) deu posse, no dia 8 de julho, a 10 novos acadêmicos. A cerimônia foi realizada na sede da Associação Comercial do Maranhão e contou com a presença de várias autoridades, conselheiros do CRCMA, convidados e familiares dos acadêmicos.

A mesa de honra foi composta pelos presidente da AMCC, Eulália das Neves Ferreira; pelo presidente do Conselho Regional de Contabilida-

de do Maranhão (CRCMA) e vice-presidente da Academia, contador Antônio das Graças Alves Ferreira; o presidente do SESCAP-MA, Gilberto Alves Ribeiro; o presidente do Sindicato dos Contabilistas do Maranhão, José Maria da Silva Filho; a presidente da Associação Comercial do Maranhão, Luzia Helena de Freitas Rezende; o presidente da Fundação Josué Montelo, Eleotério Nan Souza; o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas-CDL, contador Fábio Henrique Ribeiro.

Também estiveram presentes o capitão de Mar e Guerra, André Luiz Trindade Gomes; o gerente geral de Relações Institucionais da VALE, Dorgival Ferreira Pereira; além da doutora Maria da Glória Mafra, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde de São Luís; o presidente do Rotary Club São Luís João, Paulo Zaidan Drumond e o representante da FIEMA, José de Ribamar Fernandes.

CADEIRA	PATRONO	ACADEMICO
19	José Maria Paixão (MA)	Francy Meyre Moreira Gomes
20	Estevão Rafael de Carvalho (MA)	Maria Edwige dos Santos Pires
21	Dorgival Benjoin da Silva (MS)	Luzia Helena de Freitas F Rezende
22	Hugo da Rocha Braga (RJ)	Francisco Moreira Soares
23	Antônio Lopes de Sá (MG)	Gilberto Alves Ribeiro
24	Waldemar da Silva Carvalho	Francisco Flávio Farias Filho
25	(MA)	Laércio da Silva Barros
26	Ivan Carlos Gatti (RS)	Anderson Fontinele de Souza
27	Olívio Kolliver (RS)	Simone Cristina Oliveira do Nascimento
30	Hilário Franco (SP)	Francisco de Assis Correa Chaves

Jovem Profissional: Vantagens e desafios tecnológicos

Por Rebeca Cavalcanti

Com a modernização cada vez mais constante no mundo contábil, estudantes e jovens profissionais da área estão tendo uma boa vantagem em relação aos antigos contadores, devido ao domínio e interação maior com o mundo digital. Há alguns anos, para fazer a entrega das declarações dos contribuintes, o contador ou o próprio cliente, tinham de enviar arquivos físicos aos órgãos de fiscalização. Atualmente, porém, existem vários novos meios de comunicação com a administração pública, como por exemplo o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e o Receita net para União.



Devido ao advento dessas novas formas de comunicação com os órgãos de fiscalização e tributação, é ideal que o

contador tenha uma experiência maior com os meios digitais, entre computador e até smartphones, para o caso da Declaração Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF), nunca esquecendo de sempre buscar uma atualização constante para manter-se atualizado e qualificado.

Desse novo cenário que a RFB desenvolveu, o estudante de ciências contábeis chegou já numa realidade totalmente diferente de vinte anos atrás, não tendo assim de desaprender e reaprender muitos dos processos anteriores. Hoje temos de manter a mente em constante atividade para acompanhar todas as atualizações legislativas sistemáticas, sem esquecer de analisá-los para realizar a entrega das informações de forma hábil e correta, sendo também o mais transparente possível.

Todavia, apesar de termos facilidade com mídias digitais, isso não descarta a necessidade de treinarmos nas universidades e faculdades para sairmos capacitados a prestar essas informações aos órgãos públicos. Infelizmente, o sistema SPED não disponibiliza nenhuma forma de teste acadêmico, fazendo assim com que nossa formação apresente grandes lacunas que dificultam a inserção no mercado de trabalho, o que me leva a pensar que cada vez mais o profissional mais recente no ramo terá uma vantagem a mais em relação ao mais antigo,

pela probabilidade da Receita criar meios de ajuda no que concerne à capacitação dos universitários, visto que atualmente ela está cada vez mais em busca de informações com qualidade.



Rebeca Cavalcanti - Graduada em Ciências Contábeis pela UFPB. Estagiária na empresa de contabilidade RC Assessoria Contábil e é presidente da Empresa Júnior de Contabilidade da UFPB. Membro da Comissão Estadual Jovens Lideranças Contábeis do CRCPB, desde 2016.



Exposição Itinerante “Contabilidade – Um Balanço da História” percorrerá principais cidades do Brasil

Realizada pela Academia Brasileira de Ciências Contábeis (ABRACICON) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a exposição itinerante “Contabilidade – Um Balanço da História” irá percorrer as principais capitais brasileiras.

O projeto tem como objetivo contextualizar a profissão, desde o início da civilização, com destaque para o desenvolvimento das Ciências Contábeis, passando

pelas principais conquistas da classe. Na mostra, os profissionais da contabilidade, áreas afins e a sociedade em geral poderão conhecer originais de importantes documentos, mobiliário antigo, instrumentos, máquinas e outros objetos que retratam a profissão na história do Brasil.

A mostra destaca ainda a escalada evolutiva do “fazer contábil”, passando pelos artefatos antigos até a evolução tecnológica.

Exposição itinerante - foi inaugurada em Fortaleza (CE), em 2011, durante o VI Encontro Nacional de Coordenadores de Cursos de Ciências Contábeis. Desde então, o Museu já visitou os estados do Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pará, Amapá, Rondônia, Roraima, Acre, Amazonas, Alagoas, Sergipe e Pernambuco. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail museu@cfc.org.br.



Exposição em Recife, Shopping RioMar, em parceria com o CRCPE.



Exposição em visita à Alagoas, em parceria com o CRCAL.

Em noite emocionante, ABRACICON lança em Brasília filme sobre a profissão contábil

Uma iniciativa inovadora que vai ficar na história da Academia Brasileira de Ciências Contábeis. Assim foi o lançamento do Cine-Contábil ABRACICON, realizado na noite de 18 de agosto, no Cinemark Pier 21 em Brasília (DF).

A especial sessão de cinema teve o objetivo de homenagear os 70 anos da regulamentação da profissão contábil, com a exibição de um filme exclusivo sobre a imagem do profissional da contabilidade. Com direito a tapete vermelho e, em grande estilo, os convidados eram recepcionados com um belíssimo coquetel de boas-vindas.





A presidente da ABRACICON, contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim, realizou a abertura oficial da sessão destacando a participação das pessoas envolvidas na realização do que ela classificou como "um verdadeiro sonho". Emocionada, Maria Clara disse ainda que já estão sendo estudadas outras produções com o objetivo de promover e fortalecer cada vez mais a imagem da profissão contábil. "Estamos muito orgulhosos de lançar esse filme, e outros serão lançados,

porque precisamos inovar e buscar todos os canais para mostrar à sociedade a importância dos profissionais da área", declarou.

Com duração de 40 minutos, a produção cinematográfica visa levar ao telespectador os reais valores, bem como as competências dos profissionais da contabilidade nos dias atuais.

Nos próximos meses, o filme será exibido

em diversas capitais, por meio das Academias Regionais. Fique atento, pois em breve, estaremos divulgando a agenda de exibições do média-metragem no site da ABRACICON www.abracicon.org.

Fotografe o QR code e acesse álbum completo com as imagens do evento





Quintas do Saber: conselheiro do CNJ apoia utilização do CNPC pela Justiça

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) recebeu, no dia 19 de maio, a 18ª edição do projeto Quintas do Saber, realizado pela Academia Brasileira de Ciências Contábeis (ABRACICON), com apoio do CFC. O evento abordou a perícia sob a luz do Novo Código do Processo Civil (CPC). Participaram do encontro o conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) José Norberto Campelo; o desembargador federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Antônio Souza Prudente; a conselheira do CFC e presidente da Federação Brasileira das Associações de Peritos, Árbitros, Mediadores e Conciliadores (Febrapam), Sandra Batista; a presidente da ABRACICON, Maria Clara Bugarim; e o presidente do CFC, José Martonio Alves Coelho.

O conselheiro Campelo destacou a importância do trabalho pericial no auxílio do magistrado na solução de conflitos e informou que o CNJ ficou responsável por regulamentar o Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos (Ceptec). Segundo ele, a entidade tem buscado uma participação democrática para encaminhar esse assunto. "Estamos certos de que o CNJ tem cumprido seu trabalho e que este resultado é fruto de um envolvimento maior da sociedade na ação do Conselho", afirmou Campelo.

O artigo 156 do CPC determina que os Tribunais mantenham o Ceptec e que façam consultas pública e direta aos conselhos de classe e universidades para construir esse cadastro. O CFC se antecipou e criou, em março, o Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC). O cadastro já tem mais de 300 inscritos e peritos aptos a atuar em todas as unidades da Federação. Para se inscrever, o profissional da contabilidade precisa comprovar experiência em pelo menos um trabalho pericial. A partir de janeiro de 2017, o ingresso no Cadastro será por meio de Exame de Qualificação Técnica. A permanência no CNPC, a partir do próximo ano, será avaliada pelo critério de participação no Programa de Educação Profissional Continuada do CFC.

Campelo parabenizou a iniciativa. "Para nós foi uma surpresa muito positiva que o CFC tenha, oportunamente, se antecipado e produzido um cadastro. Não só pela facilidade de identificação dos peritos, mas também pela qualidade que a formação continuada promove", disse. Martonio Coelho consultou o conselheiro sobre a possibilidade de a Justiça utilizar o CNPC para consultas de peritos contábeis. "O CFC tem parcerias profícuas com outras instituições, como com a Receita Federal, em que, por uma união de siste-

mas, a Receita confere se o profissional está devidamente registrado e com suas obrigações em dia. Acredito que a Justiça poderia albergar o CNPC", defendeu. Campelo afirmou que é defensor dessa iniciativa dentro do CNJ. "A ideia tem meu voto. Acredito que devemos, o CNJ, procurar essa aproximação não só com o Conselho de Contabilidade, que tem, sem dúvida, a maior demanda de peritos na Justiça, mas também com outros conselhos de classe".

O desembargador Souza Prudente reforçou o papel crucial do perito como auxiliar qualificado do juízo. Para ele, aplicar a lei é garantir a justiça, e o juiz não pode decidir sem ter ouvido todas as partes, e aí a perícia tem papel revelador. Prudente defendeu também que os honorários dos auxiliares da justiça, sejam justos. "Os critérios para remuneração dos peritos devem ser os mesmos utilizados para a remuneração dos advogados e deve considerar o conteúdo econômico da demanda, a capacidade de solvabilidade das partes, o zelo do profissional na realização do seu trabalho, a complexidade da causa e o local onde a perícia é realizada. Portanto, tem que deixar o juiz, diante desses parâmetros, remunerar com justiça os seus auxiliares", afirmou. O desembargador destacou, também, que o novo



Código trouxe a possibilidade de organizações privadas realizarem perícias.

Punição

Sandra Batista afirmou que há uma preocupação da classe com a minuta de regulamentação que está tramitando no CNJ. Segundo a conselheira, o texto traz a possibilidade de desligamento do perito do Cpetc pelo juiz, quando a perícia trazer dados falsos. "Não está claro qual será o rito para essa punição, que é grave. Em muitos casos, os profissionais vivem apenas de perícia e ser excluído do cadastro pode significar o fim da carreira", afirmou. Norberto garantiu que o

aprimoramento do texto trouxe a previsão de que o profissional será desligado apenas depois de garantida a ampla defesa e o contraditório.

Outro questionamento feito aos participantes do debate foi sobre a possibilidade de o magistrado continuar escolhendo o perito de acordo com sua preferência e o princípio da equidade previsto no novo CPC. O desembargador Souza Prudente reforçou que a confiança entre o perito e o magistrado é indispensável. "Sem a confiança do magistrado no trabalho do perito, não há possibilidade de solução de conflito. Essa é uma prerrogativa necessária ao juiz", afirmou. Campelo

também defendeu a prerrogativa de escolha dos juízes. "Não estamos, e nem podemos determinar qual será a escolha do juiz. O que estamos fazendo é oferecendo uma opção mais democrática de escolha", afirmou.

Maria Clara afirmou que o evento reúne, a cada dois meses, autoridades e personalidades para discutir temas relevantes para a classe contábil e para a sociedade. "É sempre um tema atual e de grande importância para o conjunto da sociedade", afirmou. Depois do evento, ocorreu a posse da nova diretoria da Febrapam.

Com informações: Portal CFC



Da esq. para a dir.: José Norberto Campelo (conselheiro do CNJ), José Martonio Alves Coelho (pres. do CFC), Antonio Souza Prudente (Desembargador Federal do TRF, 1ª Região), Sandra Batista (pres. da Febrapan) e Joaquim Bezerra (vice-presidente de Política Institucional do CFC).

A Voz do Estudante: Entrevista - O Futuro dos Jovens Profissionais do CFC

Entrevista realizada por Jéssica Oliveira de Souza, representante da Região Nordeste, na Comissão de Jovens Profissionais do CFC.

1. Qual a sua perspectiva enquanto jovem profissional? O que você espera da profissão?

Espero encontrar profissionais abertos à inovação, flexíveis e com vontade de se modificar com o tempo, pela participação no processo de uma educação profissional continuada, não se submetendo às mesmas práticas arcaicas aplicadas desde sempre. A Contabilidade tem muito a acrescentar, pois nos possibilita a ter uma visão holística do funcionamento dos setores de uma empresa.

2. Em sua opinião, o que falta para que nossa profissão seja mais valorizada?

Antes de qualquer coisa, para ser valorizado o profissional deve também se valorizar. Atrélado a isso, devemos nos capacitar, nos especializar, procurar sempre renovar e não se contentar com pouco, temos que correr atrás dos nossos objetivos enquanto profissionais. Precisamos saber da nossa importância e usá-la a nosso favor. Não podemos fazer da Contabilidade um mero instrumento

de apuração de impostos e desprezar o potencial que ela agrega. Acredito que uma classe unida faz grande diferença, pois teremos voz mais ativa no âmbito profissional. A união faz e sempre fará a força.

3. Quais as suas sugestões para melhorias no ensino no país?

Para o ensino ser melhorado, acredito que sua remuneração também deve ser levada em consideração, não apenas submetendo ao ensino da graduação, mas desde o ensino básico e fundamental. Profissionais motivados têm disposição para inspirar futuros profissionais a seguirem o mesmo propósito. É interessante incentivar os alunos em busca à pesquisa acadêmica para consolidar futuros professores também. Porque não? Criar um plano de carreira mais consolidado e incentivar melhorias evidentes para a docência, seja para especialista, mestre ou doutor.

4. Quais as suas reivindicações para melhorias no ensino e na prática da Contabilidade?

O mercado de trabalho, hoje em dia, está em busca de profissionais cada vez mais capacitados e que saibam lidar com as novas perspectivas de mudança constante pelo avanço da tecnologia. Da mesma forma que as outras profissões a Contabilidade também precisa se renovar e

capacitar a classe. É de extrema importância que os profissionais sejam devidamente treinados e capacitados para estas novas mudanças e, para isso é importantíssimo fornecer workshops, fórum para discussões, troca de experiência entre os mesmos.

5. Quais as vantagens de ser um profissional contábil?

Para mim, a maior vantagem de um profissional contábil se constitui na diversificação para trabalhar no mercado, não sendo exclusivamente apenas a de ser contador efetivamente. Existem diversos outros ramos que podemos seguir, seja de auditoria, perícia, controladoria, consultoria, docência, gerência financeira ou de recursos humanos, empresário, e não para por aí. Nossa área cada vez mais ganha mais espaço no mercado de trabalho. Cabe a cada um se dedicar à área de sua preferência.

Tatyane Oliveira Teixeira - Aos 24 anos, é graduanda em Ciências Contábeis; vice-presidente do Centro Acadêmico de Contabilidade da UFS - CALUPA e estagiária da contabilidade do SEBRAE-SE.



Experiência de um jovem casal como alunos externos de um Programa de Doutorado em Ciências Contábeis na UFPR

Por Michael Corrêa e Tatiane Antonovz

Depois de lecionar durante quase 10 anos entre graduação, pós-graduação e cursinhos preparatórios para concursos públicos, resolvemos que era chegada a hora de voltarmos aos bancos acadêmicos, mas na função de alunos. Dessa maneira, fomos aceitos como alunos não regulares no programa de doutorado em Contabilidade da UFPR e fomos alunos da disciplina de Contabilidade para o Terceiro Setor no primeiro semestre letivo de 2016.

Primeiramente, escolhemos esta disciplina por ser algo completamente novo em nossas vidas profissionais. Nossas experiências acadêmicas e profissionais sempre tiveram o foco corporativo, lucrativo, de resultados. Essa foi a primeira vez em que pudemos direcionar nossas atenções exclusivamente para o Terceiro Setor.

A única experiência havia sido, durante o tempo em que atuavam como professores de universidades privadas, confeccionar o Balanço Social de uma instituição do terceiro setor localizada em Curitiba, uma das maiores. Os resultados foram satisfatórios durante este período e, ao todo, foram elaborados os Balanços Sociais de quatro períodos consecutivos.

Não poderíamos ter feito melhor escolha, pois a disciplina proporciona uma visão

completamente diferente do trabalho do terceiro setor. Obviamente que o foco é na parte contábil, mas está tudo ligado. Novas legislações que versam sobre repasses para estas entidades entram em vigor e obrigam os gestores a conseguirem um nível de profissionalismo muitas vezes impossível de ser alcançado pela precariedade dos recursos financeiros disponíveis.

Durante o semestre letivo, tivemos a oportunidade de conhecer duas instituições distintas, ambas do terceiro setor, mas em situações opostas com relação às finanças: a primeira é bem antiga e já consolidada em Curitiba, o Pequeno Cotolengo Paranaense; a segunda está em início de atividades, a OBADIN, que ajuda famílias e portadores de doenças neurológicas raras.

Apenas ouvindo falar do trabalho deles, não se tem a noção da magnitude do trabalho de ambas as instituições. Mas quando você entra na realidade deles e analisa a situação financeira de cada instituição, nota que eles necessitam de ajuda em todos os sentidos e não apenas o financeiro. O Pequeno Cotolengo, por exemplo, vive em constantes desafios para conseguir fechar as contas e manter a excelência dos serviços prestados à comunidade. Já a OBADIN não dispõe

de qualquer instrumento formalizado de controle financeiro e nem de recursos.

São realidades de instituições que agem praticamente sozinhas e, mesmo tendo frequentado a disciplina apenas como alunos não regulares, pudemos perceber que este setor, tão importante para a nossa nação, é também tão esquecido e até marginalizado.



Michael Dias Corrêa é graduado em Ciências Contábeis e mestre em Contabilidade e Finanças, ambos os títulos obtidos pela UFPR.



Tatiane Antonovz é graduada em Ciências Contábeis e mestra em Contabilidade e Finanças, ambos os títulos obtidos pela UFPR.

Resenha Crítica: O que não é teoria

Por Vidigal Fernandes Martins

Nosso objetivo é analisar de maneira crítica o texto intitulado O que não é teoria, que foi escrito por SUTTON, Robert I e STAW, Barry M. – da universidade de Stanford e da Califórnia – a partir de suas experiências enquanto editores do ASQ e da Research in Organizational Behavior – ROB.

O principal assunto tratado neste artigo é a identificação daquilo que não consiste em uma teoria. O objetivo dos autores é apontar diferenças entre artigos que têm alguma teoria dos que não a possuem. O texto visa ainda contribuir para com aqueles que pretendem publicar trabalhos, dando sugestões que ajudam a evitar que os mesmos sejam considerados fracos teoricamente, o que pode impedir sua publicação.

O artigo está organizado da seguinte forma: explicação sobre o que são referências, dados, variáveis, diagramas e hipóteses, assinalando para o propósito de que elas não são teoria; identificação do que é considerado uma teoria forte; recomendações para autores que pretendem publicar em revistas.

A metodologia utilizada para alcançar seus objetivos consistiu basicamente em dialogar com outros estudiosos que lidaram como o mesmo tema. Além disso, utilizaram a estratégia de dizer o que não é teoria, ao invés de fazer o contrário. No entanto, esta organização é perpassada pela posição crítica de SUTTON e STAW que afirmam não terem a pretensão de

trazer respostas prontas, modelos de como construir uma teoria organizacional.

O público leitor para o qual o texto se destina envolve pesquisadores e escritores, sobretudo aqueles que desejam publicar textos em revistas científicas de pesquisas organizacionais. O texto foi escrito para ser publicado no fórum Desenvolvimento de Teoria e é, portanto, destinado a um público acadêmico.

O artigo é iniciado com a constatação de que alguns periódicos não publicam textos se julgar que eles têm teoria inadequada. Nessa interpretação os autores trazem para o debate a questão da falta de consenso no meio acadêmico sobre o que vem a ser uma teoria e como e por que ela pode ser considerada forte ou não.

Na primeira parte do texto intitulada Partes de um artigo que não são teoria os autores problematizam que referências não devem ser tratadas como teorias. Fazer citações de obras de outros autores que lidaram com temáticas similares não significa que um trabalho possui teoria. O pesquisador deve apresentar argumentos mais detalhados e convincentes, discutir os sentidos e significados das teorias apresentadas, procurando deixar claro qual relação é possível estabelecer entre uma pesquisa específica – levando em consideração as fontes que foram utilizadas - e uma teoria elaborada por outro sujeito detentor de outras preocupações. Essa discussão contribui para

minimizar a prática universitária comum de citar autores conhecidos à espera de que, dessa forma, os problemas sejam resolvidos.

Em uma linha de reflexão próxima a esta, os autores discorrem sobre dados, listas de variáveis, diagramas e hipóteses. Quanto aos dados, os autores dizem que eles são importantes para confirmação, reconsideração ou desenvolvimento de novas teorias. No entanto, baseados em trabalhos os quais tiveram conhecimento, os autores salientam que dados não devem ser simplesmente descritos por uma teoria, mas, ao contrário disso, devem estar em diálogo com elas.

Sobre listas de variáveis, os autores afirmam que eles sozinhos não constituem teoria e fazem uma crítica a ideia de que listas de variáveis são aquilo que proporciona legitimidade a pesquisa, confusão apontada por eles como sendo comum entre alguns estudiosos. Essa interpretação nos alerta sobre nossos procedimentos de pesquisa quando, afoitos por buscar quantidade de fontes, nos omitimos da análise teórica. Uma argumentação num sentido muito próximo a este foi desenvolvida por eles para dizer que diagramas também não são teorias por si mesmos.

As hipóteses, tão cobrada nos trabalhos acadêmicos, foram descritas como pontos cruciais entre teoria e dados porque permitem entrever os caminhos da pesquisa. As hipóteses foram definidas por

1 - KAPLAN, A. The Conduct of Inquiry. New York: Harper eRow. 1964.

2 - MERTON, R. On Theoretical Sociology. New York: Free Press.1967.

SUTTON e STAW como algo que têm mais a ver com expectativas de resultados do que com explicações sobre estes. A partir da caracterização desses elementos, a conclusão que se chega é a de que não é preciso haver muitas hipóteses para que uma teoria seja forte, mas as teorias podem ser adequadas mesmo que seja a partir de um único ou pequeno conjunto de ideias, o que se torna mais relevante são as formas como elas foram trabalhadas.

Na segunda parte do texto, no item intitulado Identificando uma teoria forte os autores fizeram referência a KAPLAN (1964) e a MERTON (1967) para afirmar que uma teoria deve ser a resposta às indagações do porquê, buscando identificar o que é uma teoria forte. A partir dessa citação os autores apresentam a seguinte crítica com base na realidade que eles observam no meio acadêmico “todos concordam que nossas teorias deveriam ser mais fortes, contanto que isso não exija que façamos qualquer coisa diferente. ”

Como estratégia para auxiliar na identificação do que não é teoria, os autores fizeram um breve balanço sobre como alguns estudiosos e alguns periódicos se posicionam contra teorias. Mencionaram, por exemplo, MAANEN (1989) que atribui maior atenção a métodos, variáveis e técnicas de análises de dados; a Research in Organizational Behavior para quem as teorias não devem vir separadas

“ Os autores se mostram inclinados a acreditarem na ideia de que teorias devem ser testadas, visto que o foco principal de suas análises é a teoria. Essa colocação nos leva a questionar se realmente é relevante pensar sobre teorias por este viés. ”

da reunião de dados e, por fim, a ASQ Academy of Management Journal e Organization Science, que se mostra bastante preocupada com questões teóricas.

Os autores se mostram inclinados a acreditarem na ideia de que teorias devem ser testadas, visto que o foco principal de suas análises é a teoria. Essa colocação nos leva a questionar se realmente é relevante pensar sobre teorias por este viés. A utilidade das teorias passa pela necessidade de serem testadas?

Essa não seria uma visão que minimiza a importân-

cia do diálogo que deve haver entre prática e teoria, sem sobrepor uma a outra? Os autores parecem estar presos a uma visão dicotômica entre teoria e prática.

A partir da leitura minuciosa que pôde ser feita do texto como um todo, pensando nos diferentes objetivos e metodologias que podemos apresentar nos nossos projetos e teses, verifica-se que este artigo trouxe várias contribuições para aqueles que desejam realizar trabalhos acadêmicos, sobretudo na área de administração. A principal contribuição encontra-se no alerta para que não se generalize teorias que são específicas. Essa ideia corrobora com as afirmações tecidas por WHETTEN, David. A que indicam que as teorias estão atreladas ao momento histórico em que foram produzidas e carregam as limitações de seu tempo, perspectiva compartilhada por pesquisadores de outras áreas como THOMPSON.

Essas considerações auxiliam a refletir sobre o que podemos chamar de uma tese nova, original, pensando que essa originalidade não está necessariamente em inventar o novo, mas, sobretudo em articular as nossas práticas de pesquisas e análises de fontes às teorias que já foram elaboradas, num movimento que não deve abrir mão da nossa própria autonomia.



Vidigal Fernandes Martins é professor Adjunto, Assessor Especial da Reitoria e Diretor de Planejamento da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Bacharel em Ciências Contábeis; mestre em Engenharia da Produção e doutorando em Administração pela EAESP/FGV. Conselheiro e vice-presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRCMG). Membro da Comissão do Programa de Educação Continuada do CRCMG. Editor da revista de Auditoria Governança e Contabilidade - RAGC <http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/ragc>. Membro da Academia Mineira de Ciências Contábeis.

3 - SUTTON, Robert I e STAW, Barry M. O que não é teoria. In: Fórum Desenvolvimento de Teoria. RAE. Vol 43, n.3, 2003, p. 79.

4 - WHETTEN, David A. O que constitui uma contribuição teórica? In: RAE v 43 n 3 jul/set 2003.

5 - THOMPSON, E. P. Miséria da teoria ou um planetário de erros; uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.



Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Santo Agostinho se destaca como um dos melhores da região meio norte

Por Josimar Alcantara

Há 18 anos, a Faculdade Santo Agostinho (FSA) começou a atuar no Estado do Piauí oferecendo à sociedade cursos de graduação e pós-graduação, investindo na formação de profissionais nas áreas de Exatas, Humanas e Saúde.

Fundada em outubro de 1998, a Faculdade Santo Agostinho tem como missão a formação de sujeitos críticos e conscientes da importância de sua ação na sociedade. Como uma das melhores Instituições de Ensino Superior do Nordeste e uma das maiores do Piauí, a FSA atende, com excelência, a três fundamentos: o Ensino, a Extensão e a Pesquisa.

Atenta às mudanças do mundo contemporâneo, a FSA cresceu sem abrir mão de seus valores originais baseados na ética, pluralismo, respeito à diversidade e responsabilidade social. Na relação com a sociedade, atua como articuladora do desenvolvimento regional. E, numa perspectiva mais ampla, busca formar pessoas que façam a diferença.

A instituição é seis vezes vencedora do prêmio Marcas Inesquecíveis, premiação que a cada dois anos consagra as empresas com maior visibilidade em Teresina. Os cursos de graduação da FSA vêm se destacando positivamente no Ranking Universitário do Jornal Folha de São Paulo e no Guia do Estudante da Editora Abril.

O estímulo à formação continuada e o incentivo ao ingresso do corpo técnico-administrativo nos cursos que oferece, espelham a grande opção estratégica da instituição: a excelência dos serviços que presta. Ainda nesse sentido, a instituição incentiva a capacitação e ingresso de seus professores na área da pesquisa por meio do Programa de Capacitação Docente, que favorece a participação dos profissionais do ensino superior da FSA em Programas de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) oferecidos em pelas mais bem-conceituadas universidades do país. O curso de Ciências Contábeis conta com um corpo docente formado, majoritariamente, por mestres e doutores.

A Faculdade Santo Agostinho procura entender a sua responsabilidade social a partir de sua própria razão de existir como entidade que promove a educação e busca contribuir com um ensino de qualidade, voltado para os saberes necessários à eliminação das desigualdades sociais regionais.

Comprometidos com o desenvolvimento do local e regional, professores e alunos do curso de Ciências Contábeis atuam em vários projetos de responsabilidade social, empreendendo esforços junto à comunidade, tais como a Semana do Meio Ambiente, Programa de Nivelamento Acadêmico, Semana do Orgulho de Ser, Encontro FSA de Cultura Afro-brasileira, propiciando aos alunos do curso, além de conhecimentos técnico-científicos, uma formação humanística, voltada para a cidadania.

A responsabilidade social constitui um dos eixos norteadores e incorporadores das ações da FSA. A instituição, como



Alunos em atividade de extensão

entidade privada, assume o compromisso de atender às exigências de mercado e também da sociedade valorizando nos seus projetos pedagógicos as experiências junto ao entorno social por meio de metodologias como a aprendizagem-serviço promovendo espaços de reflexão interdisciplinar e da construção de respostas criativas aos problemas sociais econômicos, culturais e ambientais; do estímulo ao exercício da cidadania e da democracia e da formação de consciência sobre as implicações éticas da atuação pessoal e profissional.

A partir de um novo paradigma de sociedade inclusiva, a FSA mantém permanentemente um programa que colabora com a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, em todos os níveis de ensino. A instituição adota, em suas práticas acadêmicas, ações que viabilizem a inclusão dessas pessoas a uma educação superior de qualidade como um direito à cidadania, respeitando suas necessidades de acessibilidade físicas e cognitivas, não apenas com a eliminação de barreiras arquitetônicas, tecnológicas e de mobiliário, mas, ensejando também, a busca de soluções pedagógicas que permitam diferentes percursos de aprendizagem em currículos adaptativos.

As ações empreendidas para tornar o ambiente da FSA mais acessível às pessoas com deficiência credenciaram a instituição a concorrer ao "Selo Empresa Acessível". Em 2015, a Faculdade Santo Agostinho recebeu o Selo Empresa Acessível categoria Ouro. O selo foi concedido pela Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, Conade –

Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Instituto Comradio do Brasil, e atesta a qualidade do trabalho realizado pela FSA no que diz respeito à acessibilidade e inclusão.

O incentivo à pesquisa também integra as práticas da FSA. Por meio Núcleo de Iniciação à Pesquisa (NIP), a instituição oferece o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e o Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica – PIVIC incentivando e inserindo alunos e professores em atividades de investigações científicas nas diferentes áreas do conhecimento, possibilitando uma formação complementar por meio da integração entre teoria e prática no processo de ensino e aprendizagem. Deste modo, proporciona uma sólida formação do senso crítico por meio das vivências acadêmico-científicas, com vistas ao aprimoramento acadêmico e profissional e a sistematização, ampliação e con-

solidação das oportunidades de produção e socialização destes conhecimentos.

A instituição conta ainda com periódicos de caráter científico como a Revista FSA, uma publicação multidisciplinar, com periodicidade bimestral, dirigida a pesquisadores, professores, profissionais e estudantes de cursos de pós-graduação, que possuam trabalhos gerados a partir de pesquisas originais e não divulgadas em outras revistas. A publicação possui 24 áreas com quais: Administração, Ci-



ências Contábeis, Turismo, Antropologia, Arqueologia, Ciências Sociais Aplicadas I (Ciência da Informação, Comunicação e Museologia), Direito, Educação, Geografia, História, Letras/Linguística, Serviço Social, Ciências Agrárias I, Ciências Ambientais, Ciências Biológicas II, Educação Física, Planejamento Urbano e Regional, Demografia, Psicologia, Saúde Coletiva e Sociologia.

O curso de Ciências Contábeis



Inclusão e cidadania



Laboratório

O curso de Ciências Contábeis é um dos mais bem avaliados da Faculdade Santo Agostinho. Em funcionamento desde o ano 2000, o curso tem como objetivos propiciar aos alunos a aquisição de conhecimentos teóricos e técnicos, habilitando-os ao exercício da profissão contábil.

De acordo com o Ranking Universitário Folha (RUF), nos anos de 2014 e 2015, o curso de Ciências Contábeis da Faculdade Santo Agostinho é um dos melhores entre instituições públicas e privadas do Piauí. O curso é destaque com a segunda colocação entre as instituições piauienses de ensino superior, sendo o mais bem colocado entre as instituições privadas; no Guia do Estudante, da Editora Abril, é detentor de quatro estrelas.

A primeira turma do curso foi composta, prioritariamente, por profissionais que já atuavam na área da contabilidade, mas que sentiram a necessidade de aperfeiçoar e aprofundar seus conhecimentos por meio de uma formação superior. Assim, uma das principais características do curso – a vinculação com as demandas do mercado de trabalho e com a realidade profissional – encontra-se presente desde o seu primeiro ano de funcionamento. Trata-se da união entre teoria e prática, com professores qualificados academicamente e também atuantes no mercado profissional.

Os alunos são capacitados para atuar nas mais diversas áreas onde se incluem empresas públicas e privadas. A boa estrutura e uma equipe de professores qualificados fazem com que o curso ganhe reconhecimento e conquiste boas notas

nas avaliações do Ministério da Educação (MEC). No CPC – Conceito Preliminar do Curso de Graduação -, o curso de Ciências Contábeis obteve a nota 4, a melhor do estado. Quando comparado aos demais cursos ofertados no estado do Piauí, o curso da FSA ficou em primeiro lugar. O curso possui ainda uma média de 85% dos egressos aprovados no Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

O curso visa prover os gestores de organizações públicas e privadas com informações atualizadas, articuladas aos processos de inovações tecnológicas, de modo a contribuir com o processo decisório das empresas, conduzindo-as para o melhor aproveitamento de oportunidades de negócios, otimização de recursos disponíveis, bem como a utilização de mecanismos para o enfrentamento dos desafios inerentes às suas transações.

A graduação da FSA oportuniza ainda situações de aprendizagem contemplando a contabilidade ambiental, de modo a contribuir para a inserção do futuro profissional em questões relacionadas ao de-

envolvimento sustentável, temática tão importante no atual contexto mundial.

O curso de Ciências Contábeis tem como compromisso social oportunizar aos acadêmicos e egressos sensibilidades múltiplas como criatividade, espírito investigativo, convivência com a diversidade, a fim de que se tornem cidadãos comprometidos com a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, que evidenciem o reconhecimento contínuo da prática dos direitos humanos, dos seus deveres e do seu direito à cidadania. Durante toda a graduação são desenvolvidos projetos que visam aliar o ensino da sala de aula com a prática do mercado. Entre os projetos realizados pelos discentes está o projeto Mais Contador, onde os alunos atuam junto à comunidade. Os alunos participam de atividades de extensão, sendo bastante requisitados para estágios, seja curricular ou extracurricular. As empresas do estado adotam como padrão de estagiário o aluno de contabilidade da FSA, pois são alunos que, desde cedo, estão inseridos em uma filosofia de trabalho onde as habilidades que são desenvolvidas em sala de aula refletem aquilo que o mercado está exigindo.

Em 2002, a partir da criação do Laboratório de Práticas Contábil e Fiscal, os alunos puderam ter contato com a prática comercial e pública, viabilizando assim, experiências próximas daquelas obtidas no ambiente contábil no mercado de trabalho. Além deste laboratório, os alunos podem ainda ingressar no projeto de extensão FSA JUNIOR, empresa Junior que serve como espaço para que o discente



Atividade de extensão

coloque em prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula na área de assessoramento fiscal.

A extensão se desenvolve através dos serviços que a instituição presta à sociedade. Para tanto, o curso oferece espaços como o Núcleo de Assessoramento Contábil e Fiscal, cursos de extensão sobre Educação Fiscal, Educação Financeira, Contabilidade Ambiental, entre outros.

Como forma de estimular o aperfeiçoamento contínuo dos discentes, a instituição oferece cursos de pós-graduação Lato sensu ligados à área contábil, tais como Contabilidade e Planejamento Tributário que visa aprofundar conhecimentos na matéria tributária de forma a viabilizar a economia de tributos e capacitar os profissionais a aplicarem técnicas de controle de gestão, contabilidade e planejamento tributário, e ainda a pós-graduação em Gestão Financeira, que objetiva a formação de profissionais com

conhecimento teórico e prático sobre técnicas e ferramentas da administração financeira para que possam promover uma gestão mais eficiente da empresa, visando a otimização do lucro e do desempenho empresarial.

O coordenador

O professor Josimar Alcantara é doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção na área de concentração Gestão de Sistemas de Operação, da Universidade Paulista (UNIP). Mestre em Finanças de Empresa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), é também Especialista em Contabilidade pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Especialista em Docência do Ensino Superior, pela Faculdade Santo Agostinho (FSA). Graduado em Bacharelado em Ciências Contábeis pelo Centro de Ensino Superior do Vale do Rio Parnaíba (CESVALE), é professor dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Uni-



Coordenador Prof. Me. Josimar Alcantara

versidade Estadual do Piauí (UESPI) e da Faculdade Santo Agostinho (FSA), onde atua como membro de conselho editorial da Revista da FSA, membro da Comissão Própria de Avaliação da FSA e membro do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da FSA.

Depoimentos de Egressos

Kleidson Lima Silva: Egresso do curso da turma de 2012, aprovado em segundo lugar no concurso da Prefeitura de Bom Jesus – PI. Kleidson irá ocupar a vaga de analista técnico na administração municipal. “Eu me preparei mais nos últimos seis meses, porém já na faculdade eu já estudava. Os professores me ajudavam muito porque eu gostava da contabilidade pública”, afirma.

Manoel de Jesus Mendes: Egresso da turma de 2008, trabalhou durante quatro anos como técnico em um escritório de contabilidade de Teresina, mas sentiu a necessidade de adquirir mais conhecimentos e ingressou na FSA. Durante o curso, o interesse pela contabilidade aplicada ao setor público fez com que ele não se conformasse com a posição de aluno: “Sugeri que tivéssemos, no curso, mais carga horária para essa área do setor público e, aos poucos, essa carga horária foi sendo ampliada”, afirma Manoel. Atualmente ele é sócio proprietário da empresa CONTREINA, especialista em consultoria, treinamentos e auditoria contábil, parceira do curso de Ciências Contábeis da FSA, oferecendo um dos melhores sistemas contábeis da área pública.

Edgar Leite Miranda de Sousa: Egresso da turma de 2012, mostrou interesse pela contabilidade devido a sua afinidade pelos cálculos e, no decorrer do curso, apaixonou-se por matérias específicas, como Custos e Tributária. Durante o curso muitas experiências contribuíram para sua formação profissional em contabilidade. Dentre as experiências vivenciadas na faculdade, Edgar foi monitor na FSA e era conhecido por passar bastante tempo na biblioteca estudando cálculo e participando de grupos de estudos. O contabilista destaca o excelente ensino dos professores da FSA: “Além de terem me ajudado com as dúvidas em sala de aula, cativaram-me e despertaram o interesse dos alunos até o final do curso”, afirmou o egresso. Atualmente, Edgar trabalha na área comercial da empresa Fortes Informática.

Tércio Portela Rabelo: Egresso da turma de 2010 teve, durante o curso, diversas experiências que contribuíram para sua formação profissional em contabilidade. Participou de duas edições do Desafio SEBRAE, chegando a ficar na 4ª colocação nacional, superando mais de 3.000 trabalhos. “A FSA oferece todas as oportunidades para a pessoa poder se destacar enquanto profissional, tem excelentes professores, muito comprometidos e que me incentivaram bastante. A faculdade tem uma ótima estrutura”, afirma. Tércio se dedica ao estudo e a preparação para concursos públicos, já tendo sido aprovado para o cargo de Analista Contábil do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão – TRT/MA.

O desafio das eleições de 2016: o cumprimento das normas de financiamento e gastos e a prestação de contas de campanha

Por Joseph Estrela Rodrigues Torres, Marinez de Oliveira e Sérgio Pereira Borges



Nas eleições de 2016, no Brasil, o financiamento das campanhas eleitorais do pleito de 2016 é regido primordialmente pela lei n. 9.504 de 30 de setembro de 1997 – com as substanciais alterações da lei n. 13.165 de 29 de setembro de 2015 – e pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) na Ação Direta de Inconstitucionalidade 4650, que proibiu o financiamento empresarial.

No nível analítico, a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições de 2016 está sujeita à disciplina da Resolução TSE n. 23.463 de 15 de dezembro de 2015, norma que consolida mudanças importantes na contabilidade eleitoral, impondo uma série de restrições e exigências a serem observadas pelos partidos políticos e candidatos.

Embora somente a partir das eleições de 2014 tenha sido obrigatória a presença do contabilista nos procedimentos de registros contábeis e auxílio na elaboração da prestação de contas de campanha, exigência que se repete em

2016, talvez em nenhum outro pleito tenha sido tão necessário o apoio dos profissionais de contabilidade em razão da criação de inúmeras regras de controle de gastos e receitas (BRASIL, Resolução TSE nº 23.463, 2015, art. 41).

Num rápido painel comparativo entre as últimas eleições municipais e as atuais observa-se que a regulação do financiamento e gastos de campanha eleitoral sofreu alterações substanciais. Inicialmente, no campo das receitas, para que partidos políticos possam aplicar recursos arrecadados em anos anteriores, exigisse a escrituração contábil e a segregação da movimentação financeira com a utilização de conta bancária diversa daquela que movimentará os recursos do Fundo Partidário e que deve ser aberta até o dia 15 de agosto de 2016 (BRASIL, Resolução TSE nº 23.463, 2015, art. 7º). As doações de pessoas físicas continuam limitadas a 10% dos rendimentos brutos calculados com base no ano-calendário anterior à eleição, sendo proibida a doação de pessoa física que exerça atividade comercial decorrente de concessão ou permissão pública (BRASIL, Resolução TSE nº 23.463, 2015, art. 21).

Da mesma forma, a arrecadação de recursos em eventos continua sendo uma alternativa permitida, todavia, os pagamentos efetuados são considerados doações e devem obedecer ao limite de 10%, sendo vedada a aquisição de bem e serviços por pessoas jurídicas (BRASIL, Resolução TSE nº 23.463, 2015, art. 24). O critério de produção própria ou propriedade do bem cedido ou doado continua valendo para as doações estimáveis em dinheiro oriundas de pessoas físicas (BRASIL, Resolução TSE nº 23.463, 2015, art. 19). Todavia, não haverá aplicação do limite 10% nas hipóteses de doações estimáveis em dinheiro relativas à utilização de bens móveis ou imóveis de propriedade do doador para doação de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), contra o limite anterior de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) (BRASIL, Lei nº 13.165, 2015, art. 2º).

No caso dos candidatos, a utilização de recursos próprios estará autorizada se os recursos e bens compoñham o patrimônio do candidato em data anterior ao pedido de registro da respectiva candidatura, sendo que o limite de gastos é o mesmo definido pela Justiça Eleitoral como teto de despesas (BRASIL, Resolução TSE nº 23.463, 2015, art. 19).

No que toca à obtenção de recursos por meio de empréstimos pessoais para aplicação em campanhas eleitorais a Justiça Eleitoral impôs uma severa restrição: somente será admitido se a operação estiver garantida por bem que integre o patrimônio do candidato no momento do registro de candidatura e tenha sido realizada com instituição financeira ou equiparada autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BRASIL, Resolução TSE nº 23.463, 2015, art. 15).

Por outro lado, é permitido o uso de rendimentos de aplicações financeiras, o recebimento de doações oriundas de outros partidos políticos e a utilização de recursos do Fundo Partidário, cujo teto corresponde ao limite de gastos (BRASIL, Resolução TSE nº 23.463, 2015, art. 14). Como se observa, as regras mais duras estão ancoradas na restrição de doações empresarias – até então a principal fonte

de financiamento eleitoral – e no endurecimento de regras para uso de recursos próprios e decorrentes de empréstimos pessoais. Como se isso não bastasse, outro ingrediente foi adicionado à regulação do financiamento de campanhas: a fixação de teto para despesas com aplicação de um fator de redução sobre o maior gasto declarado na última eleição.

“Saem na frente os candidatos que podem obter empréstimos dentro das regras da Justiça Eleitoral e aqueles que dispõem de recursos próprios para aplicar na campanha, bem como os candidatos à reeleição, que precisam gastar menos por serem mais conhecidos.”

Nas eleições para prefeito e vereador, conforme o caso, o limite para 2016 foi fixado em 50% e 70% do maior valor de gastos declarado nas eleições de 2012 e, como regra geral, nos municípios com até 10 mil eleitores, o limite de despesas é fixo em R\$ 100.000,00 (cem mil reais) nas eleições majoritárias e em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) nas proporcionais (Lei nº 13.165/2015, art. 5º).

Como evidencia o exemplo da cidade de São Paulo, SP os limites de gastos ainda continuarão elevados em boa parte dos municípios brasileiros. Na capital paulista observa-se que após a correção pelo INPC dos valores declarados

pelos recordistas de gastos e aplicação do fator de redução previsto em lei (cerca de 67 milhões para prefeito e 3,5 milhões de reais para vereador) teremos gastos máximos autorizados de cerca de 46 milhões de reais para prefeito e 3,3 milhões de reais para vereador.

Dessa maneira, mesmo com a fixação do limite de gastos previamente ao pleito pela Justiça Eleitoral – fato inédito desde a edição da lei das eleições em 1997 – o limite de despesas continua alto, embora o cenário seja de absoluta escassez de receitas entre os concorrentes do certame. Nesse cenário, saem na frente os candidatos que podem obter empréstimos dentro das regras da Justiça Eleitoral e aqueles que dispõem de recursos próprios para aplicar na campanha, bem como os candidatos à reeleição, que precisam gastar menos por serem mais conhecidos.

No campo das despesas, também foram criadas várias regras visando conter os gastos elevados. Uma delas foi a redução do tempo de campanha eleitoral que, diferentemente das eleições anteriores, será de apenas 45 dias para divulgação das propostas e de 35 dias para a propaganda na televisão e rádio. Nesse ponto, talvez a redução do tempo de campanha não surta o efeito de barateamento das campanhas, haja vista que o tempo das inserções publicitárias aumentou, passando de cerca de 6 para 10 horas semanais aproximadamente.



De acordo com divulgações obrigatórias constata-se que os gastos com propaganda consomem boa parte dos recursos em campanhas eleitorais, especialmente no caso da propaganda em rádio e televisão. Só para se ter um parâmetro, esse item respondeu por aproximadamente 42% dos gastos declarados pelo candidato eleito na campanha eleitoral de 2012 à prefeitura de São Paulo, SP e cerca de 36% dos gastos declarados pelo candidato eleito para a prefeitura de Belo Horizonte, MG.

Outra rubrica de impacto nas contas é a contratação de pessoal. A regra que será aplicada pela primeira vez em eleições municipais limita a contratação direta ou terceirizada de pessoal para prestação de serviços referentes a atividades de militância e mobilização de rua nas campanhas eleitorais, e sua inobservância constitui crime (BRASIL, lei nº 12.891, 2013, art. 3º).

O limite de contratação de trabalhadores foi fixado em 1% do eleitorado nos municípios com até 30 mil eleitores, acrescentando-se um cabo eleitoral a mais para cada grupo de 1.000 eleitores acima dos 30 mil iniciais nos demais municípios. O impacto é relevante e pode ser dimensionado com o exemplo da campanha eleitoral de um dos candidatos à prefeitura de Belo Horizonte, MG em 2012, onde as despesas com pessoal foram respon-

sáveis por cerca de 50% dos gastos declarados à Justiça Eleitoral (cerca de 14 milhões de reais).

No caso das eleições proporcionais, a publicidade por outros meios e os gastos com pessoal representaram entre 56 e 79% do total das despesas dos candi-

“Outra rubrica de impacto nas contas é a contratação de pessoal. A regra que será aplicada pela primeira vez em eleições municipais limita a contratação direta ou terceirizada de pessoal para prestação de serviços referentes a atividades de militância e mobilização.”

datos a vereador eleitos e campeões de votos nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador, percentuais também observados entre os que lograram se eleger nas últimas posições nessas cidades.

Também foram estabelecidos limites para despesas com alimentação do pessoal que presta serviços às candidaturas ou aos comitês eleitorais, cujo teto é de 10% e aluguel de veículos automotores, cujo teto é de 20% do total do gasto da campanha (Lei nº 9.504/1997, art. 26, parágrafo único).

Ainda no campo das despesas, é preciso atenção no caso dos honorários referentes à contratação de serviços de advocacia e de contabilidade relacionados à defesa de interesses de candidato ou de partido político em processo judicial. A Justiça Eleitoral proibiu expressamente o pagamento dessas despesas com recursos de campanha eleitorais por não considerá-los gastos de campanha (Resolução nº 23.470/2016).

Também é importante observar as regras de constituição e uso do Fundo de Caixa. Foi fixado um limite de até 2% do total da despesa realizada ou o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para partidos políticos e R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para candidatos, o que for menor (BRASIL, Resolução TSE nº 23.463, 2015, arts. 33 e 34).

A utilização desse Fundo Fixo deve observar o teto das despesas de pequeno valor que agora é de R\$ 300,00 (trezentos reais) contra os R\$ 400,00 (quatrocentos reais) que vigorou nas eleições de 2014 (BRASIL, Resolução TSE nº 23.463, 2015, art. 35).

Quanto à apresentação das contas, os partidos políticos e os candidatos estão obrigados a prestar contas à Justiça Eleitoral dos créditos de doações financeiras, em até setenta e duas horas contados do ingresso em conta bancária, além de encaminhar, por meio do sistema de prestação de contas (SPCE), a prestação de contas parcial, entre os dias 9 e 13 de setembro de 2016, e a prestação final até



o dia 1º de novembro de 2016 com toda a documentação prevista no art. 48 da Resolução de regência.

Como novidade, foi instituído o sistema simplificado de apresentação e processamento de prestação de contas para candidatos que apresentem movimentação financeira de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e para candidatos que concorrem nas eleições em municípios com menos de 50 mil eleitores, desonerando aqueles que disputam o certame em cidades menores.

Por fim, diante de tantas regras e detalhes na arrecadação e gastos de campanha eleitoral e da necessidade de rígidos controles, a presença dos contabilistas nunca se revelou tão necessária nas campanhas eleitorais do Brasil para dar cumprimento às exigências de transparência e licitude impostas pela Justiça Eleitoral.

Em conclusão, sugere-se que os contabilistas dediquem atenção especial ao

controle dos limites de gastos, ao acompanhamento da execução do orçamento de campanha, às datas de entrega das prestações de contas parciais, final e relatórios de campanha e à organização da documentação que deve acompanhar as contas, para minimizar erros e evitar a incidência das sanções previstas na legis-

lação que podem ir de simples multas ao impedimento à posse do candidato eleito ou cassação do diploma por abuso de poder econômico, em casos mais graves.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n.º 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Brasília, 30 de setembro de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9504.htm>. Acesso em: 10 jul. 2016.

_____. Lei n.º 9.096, de 19 de setembro de 1995. Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal. Brasília, 19 de setembro de 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/Lei9096consol.htm>. Acesso em: 10 jul. 2016.

_____. Lei n.º 13.165, de 29 de setembro de 2015. Altera as Leis nos 9.504,

“...foi instituído o sistema simplificado de apresentação e processamento de prestação de contas para candidatos que apresentem movimentação financeira de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e para candidatos que concorrem nas eleições em municípios com menos de 50 mil eleitores...”



de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina. Brasília, 19 de setembro de 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13165.htm#art3>. Acesso em: 10 jul. 2016.

_____. Supremo Tribunal Federal. Notícias STF: STF conclui julgamento sobre financiamento de campanhas eleitorais, 17 de setembro de 2015. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=300015>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em <<http://www.tse.jus.br>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. Resolução TSE n. 23.376 de 1º de março de 2012. Dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos, candidatos e comitês financeiros e, ainda, sobre a prestação de contas nas eleições de 2012. Brasília, 1º de março de 2012. Disponível em <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-resolucao-23376>. Acesso em: 10 jul. 2016.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. Resolução TSE n. 23.463, de 15 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por

partidos políticos e candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições de 2016. Brasília, 15 de dezembro de 2015. Disponível em <<http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2015/RES234632015.html>>. Acesso em: 10 jul. 2016.



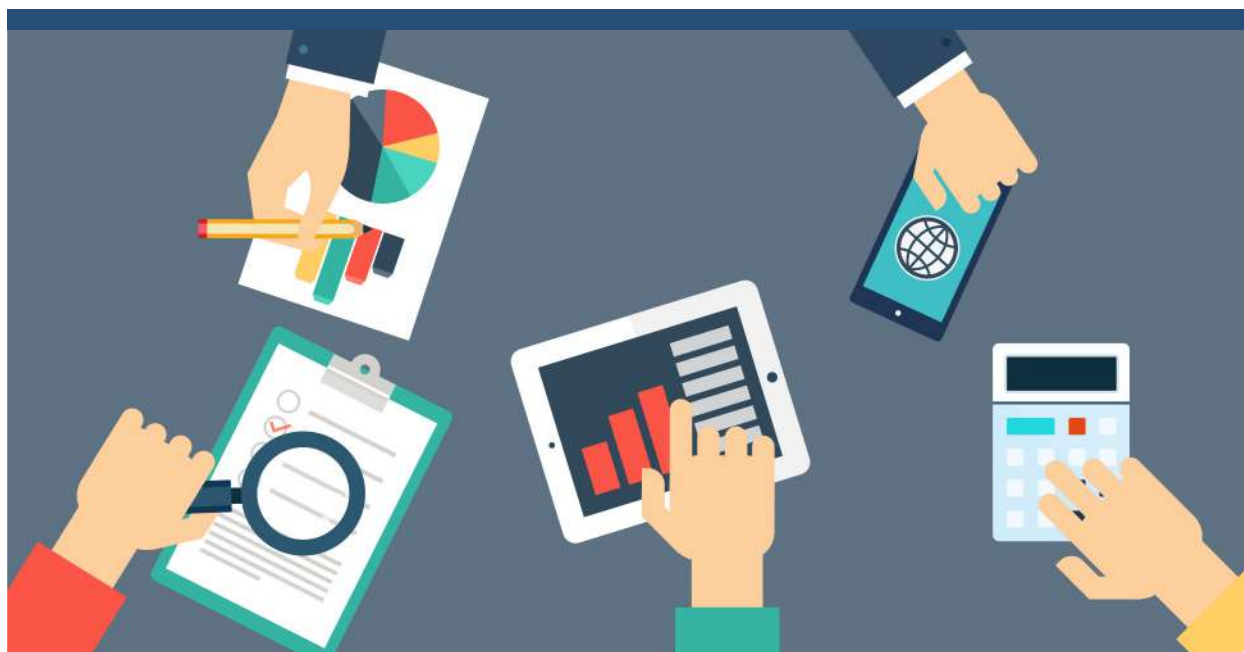
Joseph Estrela Rodrigues Torres é advogado, contador e professor universitário. Mestrando em Planejamento e Governança Pública na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR.



Marinez de Oliveira é contadora. Mestranda em Contabilidade na Universidade Federal do Paraná – UFPR.



Sérgio Pereira Borges é advogado. Mestrando em Contabilidade na Universidade Federal do Paraná – UFPR.



Aprendizagem significativa: a contribuição dos métodos ativos para o ensino da contabilidade

Por Andréa Simone de Carvalho Cardoso, Regina Cláudia Ferreira Soares do Rêgo e Salvina Lopes Lima Veras

RESUMO

Este estudo objetivou refletir sobre o método construtivista no processo ensino-aprendizagem, apontando as possíveis contribuições da aprendizagem significativa para um ensino mais efetivo e próximo a realidade do mercado de trabalho para os Cursos de Bacharelado em Ciências Contábeis. Para o alcance do objetivo proposto, foi necessário realizar uma busca na literatura e em pesquisas existentes que tratam sobre o ensino da contabilidade, o uso de estratégias ativas de ensino-aprendizagem, a percepção de alunos e professores sobre a receptividade dos educandos e educadores em relação aos métodos construtivistas, onde todos os atores envolvidos no processo participam com base em seus conhecimentos prévios e de forma ativa da construção do conhecimento, que deve ser compartilhado e ressignificado.

Constatou-se com o estudo que o ensino da Contabilidade se baseado em métodos construtivistas, métodos ativos, pode conferir ao educador maior autonomia, maior responsabilidade nas estratégias de ensino, na forma de avaliar, na seleção e/ou produção de cenários de aprendizagem, contribuindo para a formação de profissionais mais preparados e capazes de contribuir com a academia e com as exigências do mercado de trabalho.

Palavras chave: Métodos Ativos, Processo Ensino-Aprendizagem, Ciências Contábeis.

1 INTRODUÇÃO

Os métodos ativos tem o aprendiz como foco, um ambiente humanizado e afetivo. Apesar de todas as dificuldades, conside-

ra-se que vários aspectos desse tipo de ensino devem ser amplamente discutidos nas instituições de ensino. Para tanto deve-se investir na capacitação docente: problema comum a várias instituições visto que na maioria das vezes os professores não têm treinamento específico para atividades didáticas, sendo geralmente profissionais bem-sucedidos escolhidos pelo seu conhecimento da área.

Em razão do exposto quando se analisa o nível





de aprendizagem nos cursos de graduação, uma das questões que tem gerado uma crescente preocupação refere-se ao fato dos alunos terem dificuldades de aplicar na prática, no ambiente organizacional o que lhes foi ensinado.

Alguns estudos analisaram a inclusão de métodos construtivistas nas disciplinas de um curso e sua repercussão na relação ensino aprendizagem, como Oliveira, Borges (2001), Machado, Pinheiro (2010) e Mezzari (2011), aqueles que adotaram diferentes métodos de ensino entre os grupos de alunos conforme Oliveira e Azevedo (2007); Perfeito et al. (2008) Oliveira et al. (2012), os que mudaram a metodologia adotada na disciplina e verificaram a opinião dos estudantes como Haddad et al. (1993) os que verificaram a opinião de professores e alunos sobre metodologias de ensino Teófilo e Dias (2009) e que identificaram a opinião sobre um método de ensino utilizado em todo o curso como Costa et al. (2011).

Para entender todo esse processo, este trabalho investigou a utilização dos métodos ativos de ensino-aprendizagem no intuito de compreender se são e como são trabalhados em sala de aula a fim de preparar os alunos nas atividades de aplicação prática dos conceitos e ferramentas apreendidas a partir de situações reais ou semelhantes às encontradas na realidade para desenvolver competências necessárias ao exercício profissional.

Nesse intuito, o objetivo desse trabalho foi refletir sobre os métodos ativos de

ensino aprendizagem a partir de um estudo bibliográfico.

A metodologia utilizada para responder à problemática construída, foi a pesquisa bibliográfica a partir dos estudos elaborados por Soares (2008), Freire (2005), Coll; Marchesi; Palácios & colaboradores (2004), Bock; Furtado; Teixeira (2002), Nossa (1999).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Abordagens Pedagógicas e Metodologias Ativas

Esse trabalho utilizou as classificações e os agrupamentos das tendências pedagógicas que abordam o processo de ensino e aprendizagem, que tem sido objeto de estudo de diversos autores, visando fundamentar e buscar a que mais se aproxima ou se aproximam das metodologias ativas. Alguns desses autores são: Bordenave (1984), Libâneo (1982), Saviani (1985) e Mizukami (1986), citados por Santos (2005).

Para a classificação das abordagens os autores utilizaram critérios diferentes tais como: os elementos educativos mais valorizados por cada uma; a posição tomada diante das finalidades sociais da escola; a criticidade da teoria ou ainda as relações do sujeito com o objeto (SANTOS, 2005).

A questão da abordagem a ser adotada e metodologia a ser utilizada numa prática pedagógica construtivista é um dos aspectos que mais tem gerado controvérsias na aplicação da teoria a realidade da sala de aula, isso fica claro em virtude de que, na escola tradicional, há uma valorização de métodos e/ou técnicas de ensino que não consideram os conhecimentos prévios e a opinião do aluno (LEÃO,1999, p.202).

Segundo a mesma autora, "o educador construtivista, por sua vez, tem

consciência de que não pode mais utilizar técnicas desmotivadoras e que não respeitem os saberes prévios dos discentes. A prática de sala de aula deve ter um norte, uma orientação com o foco no aluno" (LEÃO,1999, p.202).

O método construtivista de ensino segue a concepção de educação problematizadora explicitada por Freire. A citada concepção baseia-se no diálogo entre o educador e o educando, no qual o educador não é apenas o que educa, ao mesmo tempo em que educa o aluno, ele também é educado. Na educação problematizadora, o aluno e o professor crescem juntos, o professor deixa de ser autoritário e prepara suas aulas, nas quais narra o conteúdo aos alunos e juntos refletem sobre ele e desenvolvem seu senso crítico (FREIRE, 2006).

Para tanto deve-se investir na capacitação docente: problema comum a várias instituições visto que na maioria das vezes os professores não têm treinamento específico para atividades didáticas, sendo geralmente profissionais bem-sucedidos escolhidos pelo seu conhecimento da área. O treinamento destes profissionais teria claramente impacto na qualidade de ensino oferecida aos alunos; aulas em pequenos grupos, grupos menores de alunos, voltados a discussão de temas relevantes à prática médica ao invés de aulas formais são mais interessantes para os alunos. Existem vários estudos que sugerem que há maior retenção do conhecimento com este método de ensino; tempo para estudo, currículos com extensa carga horária, grande quantidade de conteúdos teóricos a serem assimilados é fundamental que seja fornecido tempo na grade curricular para o estudo. A falta deste tempo prejudica a aquisição do conhecimento e/ou aumenta o nível de estresse dos alunos. (TIBÉRIO et al, 2003, P. 80).

A mudança de postura, estar aberto a novas experiências e ao novo, aceitar que também é responsável pela construção do seu conhecimento é essencial para que as estratégias ativas atinjam sua finalidade, construir o conhecimento com

o foco na necessidade de aprendizagem do educando.

Costa et al (2010, p. 296), relata que:

[...] a necessidade de reorientação metodológica para conseguir profissionais que se adequem às necessidades que a realidade cotidiana de cada profissão exige é outra justificativa que amplia a discussão de tal dicotomia: ABP versus método tradicional.

Isso confirma o que Gadotti (2004; apud BERBEL 2011, p. 30) disse: “Antes, a escola se questionava apenas pelos seus métodos; hoje, também pelos seus fins.” Pesquisas têm demonstrado que o perfil exigido do egresso do curso de Ciências Contábeis tem mudado nos últimos anos. Pelas exigências legais, sociais e profissionais, as Instituições de Ensino Superior que oferecem esse curso devem preparar seus alunos, futuros profissionais, para enfrentar as possíveis situações que possam vir encontrar no mercado de trabalho. Deles são exigidas habilidades (de comunicação, intelectual e de relacionamento com pessoas), espírito científico, pensamento crítico-reflexivo e a capacidade de solucionar problemas onde se pode ver que os métodos ativos contribuem para o alcance desses objetivos.

É notório que o contexto atual das empresas é outro, pois a globalização encurtou distâncias, aproximou as pessoas, permitindo uma maior difusão e troca de conhecimentos. A própria contabilidade brasileira vive um momento de transição onde se observa a convergências das normas internacionais, facilitando os investimentos estrangeiros no país.

Esse cenário exige dos futuros profissionais não só os conhecimentos específicos das técnicas contábeis, mas também o desenvolvimento de competências múltiplas e uma visão holística do mundo dos negócios. No entanto, pesquisas mostram que estes estudantes não se sentem preparados, como constatou Nossa (1999, p. 39):

“a maioria das pesquisas menciona que o aluno que conclui o curso de ciências contábeis não está preparado para o mercado de trabalho.”

“ Sobre os métodos ativos pode-se dizer que eles se referem a um conjunto de métodos pelos quais o aluno aprende por descoberta pessoal, vivenciando a situação de forma real ou simulada. ”

Diante disso, uma maneira de reverter esse quadro seria implantar ou adotar métodos pedagógicos diferentes dos normalmente utilizados como cita Soares (2008, p.10.):

Saindo de uma abordagem em que o professor assume uma posição ativa e o estudante em oposição, toma uma atitude passiva, em direção a uma metodologia de ensino-aprendizagem que esteja centrada no estudante, de modo que esse desempenhe um papel mais ativo.

Métodos Ativos de Ensino Aprendizagem

Sobre os métodos ativos pode-se dizer que eles se referem a um conjunto de métodos pelos quais o aluno aprende por descoberta pessoal, vivenciando a situação de forma real ou simulada. Baseia-se na atividade, liberdade e autoeducação. A atividade diz respeito ao fato de o aluno aprender a partir da resolução de problemas, a liberdade refere-se à livre iniciativa do educando no percurso das atividades e a autoeducação baseia-se na autonomia do aprendiz em se desenvolver pessoal e socialmente. Enfim, o formando é o sujeito da sua formação.

Neste contexto, as situações de aprendizagem são interativas, sendo o professor responsável apenas pela orientação e animação da situação e pela elaboração dos materiais pedagógicos necessários. Como se observa, o educador assume-se como motor da ação pedagógica, estando atento às solicitações dos educandos, ancorado na realidade profissional deles. O espaço sala de aula passa a ser motivante, imaginativo e criativo.

Esse espaço, para promover a interação dos participantes e permitir uma comunicação intergrupala precisa ser arquitetado de modo que as carteiras estejam dispostas em círculos ou em U afim de que facilite a ocorrência de livre



troca de ideias. O professor para conduzir o processo necessita dominar as técnicas de comunicação e dinâmicas de grupo.

Mesmo que o professor inicie sua aula de forma expositiva, ele pode promover a participação dos alunos, indagando-os a respeito do tema ou até mesmo desenvolvendo estratégias para tornar suas aulas mais interessantes, captando a atenção deles.

Sobre isso, Martín; Solé (2004, p. 61) desmistificam o erro de se pensar que uma matéria apresentada ao aluno mediante exposição conduzirá necessariamente a uma aprendizagem mecânica e repetitiva. Para essas autoras, o modo de exposição do professor, a maneira como ele apresenta e relaciona conceitos ou princípios tem um papel relevante chegando-se a falar mais de estratégias de ensino do que em processos de aprendizagem.

Uma das formas de se desenvolver os métodos ativos em sala de aula seria formando pequenos grupos para a resolução de situações problemas. Após a resolução, promover uma discussão com todos os sujeitos envolvidos. Neste sentido é que Cubero; Luque (2004, p.105) entende que "o processo de construção de conhecimentos não é mais entendido como uma realização individual, mas um processo de construção ou de construção conjunta".

Outra maneira seria promover pesquisas individuais em bibliotecas, na internet, entrevistas com profissionais que já atuam no dia a dia como profissionais da área contábil, pois as mesmas permitem uma aprendizagem por descoberta que permite uma construção de significados

“ Como facilitador, o professor precisa selecionar, estruturar e sequenciar adequadamente os conteúdos das matérias de estudo de modo que estes apresentem uma estrutura lógica a fim de facilitar a compreensão dos alunos.”

pelos próprios alunos. Como cita Coll (2004, p. 122) "a função do professor consiste em assegurar um engate adequado entre a atividade mental construtiva dos alunos e os significados sociais e culturais que refletem os conteúdos escolares".

A partir do momento que o professor assume o papel de mediador do processo ensino-aprendizagem favorecendo um ambiente investigativo em sala de aula, ele estará colaborando para a construção da autonomia de pensamento e ação desse aluno, assim como ampliando a possibilidade da participação dele no seu ambiente de trabalho e no mundo.

O professor como mediador

pode estimular os alunos a fazerem consultas em livros, averiguar se eles entenderam o que leram pedir para que eles façam síntese de textos ou da própria aula, redija conclusões, pareceres, interpretem gráficos e dados. Como afirmam Martín; Solé (2004, p. 67) os professores, atuando como mediadores têm o papel de facilitar a aprendizagem e orientar os alunos, contribuindo não apenas para que eles construam significados, mas que possam aprender de forma autônoma e de modo significativo.

Como facilitador, o professor precisa selecionar, estruturar e sequenciar adequadamente os conteúdos das matérias de estudo de modo que estes apresentem uma estrutura lógica a fim de facilitar a compreensão dos alunos. Para isso, é necessário que haja uma hierarquia conceitual. Como cita as autoras supracitadas "começa-se pelos conceitos mais gerais, importantes e inclusivos, apoiados em exemplos concretos que permitam ilustrá-los, e termina-se com a apresentação dos mais detalhados, passando pelos que têm um nível de generalidade intermediário".

Observa-se que a prática comum de apresentar o conteúdo a partir de definições, exemplos, seguidos de exercícios de verificação de aprendizagem, tem como pressuposto que o aluno aprende por reprodução. Aprender a reproduzir não significa que o aluno aprendeu o conteúdo. Dessa forma, para que ocorram essas transformações tão necessárias, necessita-se que os professores demonstrem profissionalismo, ética e comprometimento com o sucesso dos alunos. Caso contrário, estes não estarão aptos a interpretar e enfrentar a realidade em que vivem, interagindo de forma consciente e produtiva com ela.

Refletindo sobre o tema, inúmeras são as possibilidades de se trabalhar com os métodos ativos em sala de aula. Entre elas se pode citar uso de jogos empresariais que simulam situações da realidade, do mercado de trabalho, voltados para o mundo dos negócios. Eles possibilitam aos alunos desenvolverem autodisciplina,



empreendedorismo, espírito de equipe, valores morais, sociabilidade, motivando bastante a aprendizagem voltada para o ambiente organizacional.

Outro método que pode ser utilizado é o PBL (do inglês Problem Based Learning – Aprendizagem por Problemas, no Brasil, conhecido pela sigla ABP). Os estudantes são distribuídos em grupo para resolverem um caso proposto pelo professor. Eles identificam o problema, investigam, debatem entre si, produzem possíveis soluções, justificações ou até mesmo recomendações.

Estes métodos baseiam-se em uma construção ativa e promovem um ensino integrador onde os alunos reunirão conhecimentos de diversas áreas para solucionar o problema que tem em mãos. Neles, os alunos aprendem a aprender e se prepararam para resolver problemas relativos à sua futura profissão.

Despertar o interesse pelo aprender não é tarefa fácil. Mesmo reconhecendo a relevância do papel do professor, para Coll (2004, p. 124):

Aprender a aprender sem dúvida nenhuma é o objetivo mais ambicioso e ao mesmo tempo mais importante da educação escolar; significa fundamentalmente ser capaz de realizar aprendizagens significativas por si só em uma ampla gama de situações e circunstâncias.

Aprender a aprender não tem sido uma habilidade treinada nas escolas. Aprender a aprender engloba saber ler, dialogar, ouvir, silenciar quando preciso e principalmente aprender fazendo. Se o aluno aprende a aprender ele é capaz de autodesenvolver-se, estando preparado para enfrentar qualquer situação.

Fazendo contraposição aos métodos ativos pode-se falar em métodos tradicionais, onde o aluno é um sujeito passivo, que segundo Paulo Freire (2005, p.69) “anula o poder criador dos educandos”, considerando-os apenas um depósito de conhecimentos.

Freire (2005, p. 82) defende uma prática problematizadora, aonde os educandos

vão “desenvolvendo o seu poder de captação e de compreensão do mundo que lhes parece, em suas relações com ele, não mais como uma realidade estática, mas como uma realidade em transformação, em processo”.

“Aprender a aprender não tem sido uma habilidade treinada nas escolas. Aprender a aprender engloba saber ler, dialogar, ouvir, silenciar quando preciso e principalmente aprender fazendo.”

Essa realidade é a que os alunos se deparam na prática profissional, com situações problemas que envolvem muitos fatores, complexos e confusos na maioria das vezes. Por isso eles precisam ter uma visão holística do mundo de negócios, serem perspicazes diante de possíveis “enganos”, terem a malícia para ver as diversas nuances envolvidas. No dizer de Paulo Freire (2005, p. 100): “A ação educativa e política não pode prescindir do conhecimento crítico dessa situação, sob pena de se fazer ‘bancária’ ou de pregar no deserto”.

Pelo exposto, pode-se afirmar que os métodos ativos só ajudam neste sentido e os educadores podem criar um ambiente propício para a promoção de uma aprendizagem ativa, que tenha significado para o educando.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a refletir sobre

a contribuição dos métodos ativos de ensino aprendizagem nos Cursos de graduação em Ciências Contábeis, a partir de pesquisas já publicadas e da própria reflexão sobre a prática pedagógica.

Frezatti et al (2014) ao realizarem uma pesquisa em um Curso de Ciências Contábeis, buscou interpretar a nota e a aprovação dos alunos em uma disciplina que utiliza metodologia ativa, o PBL, ou aprendizagem baseada em problemas, conclui que a disciplina atingiu seu objetivo de integrar ensino, pesquisa e prática profissional, onde o aluno possui voz ativa durante o processo ensino-aprendizagem, onde o mesmo foi estimulado a desenvolver a análise crítica necessária para a transformação de suas práticas e realidade, seja social ou profissional.

A reflexão por parte dos professores dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, sobre a sua prática pedagógica se torna cada vez mais necessária, permitindo que os mesmos diversifiquem os métodos de ensino utilizados em sala de aula colaborando, dessa forma, para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

Ressalta-se que os métodos tradicionais centrados no professor devem ser revisados e cada vez mais substituídos por aqueles que desenvolvam nos alunos o espírito científico, a pesquisa, o aprender a aprender, o pensamento crítico-reflexivo, a capacidade de solucionar problemas e o trabalho em equipe.

5 REFERÊNCIAS

- BEHAR PA. Modelos Pedagógicos em Educação a Distância. São Paulo.SP: Penso editora, 2009. p.2.
- BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Psicologia: uma introdução ao estudo de psicologia. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- COLL, César. Construtivismo e educação: a concepção construtivista do ensino e da aprendizagem. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús (Org.). Desenvolvimento psicológico e educação. 2. ed. Porto alegre: Art-med, 2004. p. 105-127.
- COSTA, J. R. B.; ROMANO, V. F.; COSTA, R. R.; GOMES, A. P.; SIQUEIRA-BATISTA, R. Ac-

tive teaching-learning methodologies: medical students' views of problem-based learning. *Revista Brasileira de Educação Médica*. Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 13-19, jan./mar. 2011.

CUBERO, Rosário; LUQUE, Alfonso. Desenvolvimento, educação e educação escolar: a teoria sociocultural do desenvolvimento e da aprendizagem. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús (Org.). *Desenvolvimento psicológico e educação*. 2.ed. Porto alegre: Artmed, 2004. p. 94-106.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 45. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FREZATTI et al. Análise do desempenho de alunos na perspectiva do CHA em disciplina utilizando o PBL: o que significa a síntese. In: XIV Congresso USP Controladoria e Contabilidade. São Paulo, 21 a 23 de 2014. Anais.

GEGMINANI, Elizabeth Yu Me Yut. Formação de Professores e Metodologias Ativas de Ensino Aprendizagem: ensinar para a compreensão. *Revista Fronteira da Educação*. Recife. V. 1. N. 2, 2012.

LUCKESI CC. Tendências pedagógicas na prática escolar. *Filosofia da educação*. São Paulo: Cortez (1994): 53-75.

MARTÍN, Elena; SOLÉ, Isabel. Aprendizagem significativa e a teoria da assimilação. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús (Org.). *Desenvolvimento psicológico e educação*. 2.ed. Porto alegre: Artmed, 2004. p. 60-80.

MEZZARI, A. O uso da Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) como reforço ao ensino presencial utilizando o ambiente de aprendizagem Moodle. *Revista Brasileira de Educação Médica*. Rio de Janeiro. v. 35, n. 1, p. 114-121, jan./mar. 2011.

MIRANDA, G. J.; CASA NOVA, S. P. C.; CORNACCHIONE JUNIOR, E. B. Os saberes dos professores-referência no ensino de Contabilidade. *Revista Contabilidade & Finanças*. São Paulo, v. 23, n. 59, p. 142-153, maio/ago. 2012.

NOSSA, Valcemiro. Formação do corpo docente dos cursos de graduação em contabilidade no Brasil: uma análise crítica. 1999. 158 p. Dissertação de mestrado – Faculdade de economia, administração e contabilidade da USP.

Disponível em: [http://www.fucape.br/_public/producao_cientifica/6/Dissertacao%20Valcemiro%20\(2\).pdf](http://www.fucape.br/_public/producao_cientifica/6/Dissertacao%20Valcemiro%20(2).pdf). Acesso em 11/09/2013.

OLIVEIRA, E. F. B.; AZEVEDO, J. L. M. C.; AZEVEDO, O. C. Eficácia de um simulador multimídia no ensino de técnicas básicas de videocirurgia para alunos do curso de graduação em medicina. *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgias*. Rio de Janeiro, v. 34, n. 4, p. 251-256, jul./ago. 2007.

OLIVEIRA, V. F.; BORGES, M. M. A geometria descritiva nas disciplinas do curso de engenharia: um contexto para aprendizagem. *Revista Escola de Minas*. Ouro Preto, v. 54, n. 1, p. 69-73, jan./mar. 2001.

PERES, Cristiane Martins et al. Abordagens pedagógicas e sua relação com as teorias de aprendizagem. *Medicina (Ribeirão Preto)* 2014;47(3): 249-55. Disponível em: <http://revista.fmrp.usp.br/>. Acesso em 25 de outubro de 2015.

PERFEITO, J. A. J.; FORTE, V.; GIUDICI, R.; SUCCI, J. E.; LEE, J. M.; SIGULEM, D. Desenvolvimento e avaliação de um programa multimídia de computador para ensino de drenagem pleural. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*. São Paulo, v. 34, n. 7, p. 437-444, Jul. 2008.

SANTOS RV. Abordagens do processo de ensino e aprendizagem. In: *Integração*. Jan./Fev./Mai., 2005, Ano XI, nº40, p.1931. Disponível em: http://www.usjt.br/pub/revint/19_40.pdf. Acesso em: 17.abril.2013.

SOARES, Mara Alves. Aplicação do Método de ensino Problem Based Learning (PBL) no curso de Ciências Contábeis: um estudo empírico. 2008. 214 f. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96133/.../MaraAlvesSoares.pdf. Acesso em 11/09/2013.

TEÓFILO, T. J. S.; DIAS, M. S. A. Concepções de docentes e discentes acerca de metodologias de ensino-aprendizagem: análise do caso do Curso de Enfermagem da Universidade Estadual Vale do Acaraú em Sobral - Ceará. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*. Botucatu, v. 13, n. 30, p. 137-151, jul./set. 2009. VASCONCELLOS C. dos S. *Construção do conhecimento em sala de aula*. Cadernos Pedagógicos do Libertad . São Paulo, SP: Libertad, 1994.



Andréa Simone De Carvalho Cardoso - Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Piauí – UFPI e em Biologia pelo Instituto Federal de Educação Tecnológica do Piauí – IFPI. Graduada em Tecnologia e Radiologia pelo Instituto Federal de Educação Tecnológica do Piauí – IFPI; é especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Maurício de Nassau.



Regina Cláudia Ferreira Soares Do Rêgo - Mestre em Controladoria-UFPA. Especialista em Gestão de Hospitais Federais no SUS e em Aprendizagem Significativa pelo IEP-Hospital Sírio Libanês. Professora do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Piauí. Chefe do setor de Contabilidade do Hospital Universitário do Piauí. É conselheira efetiva do Conselho Regional de Contabilidade do Piauí (CRCPI).



Salvina Veras - Graduada em Ciências Contábeis – CESVALE; especialista em Contabilidade Geral - UFPI. É mestranda em Contabilidade-Finanças – FUCEPE; professora de Contabilidade na Universidade Federal do Piauí e atual coordenadora da Comissão de Ensino do CRCPI.



Protagonistas do ensino contábil: os professores e o sucesso, questão de identidade ou atitude?

Por Nicolau Schwes



A imagem de uma pessoa em frente aos alunos em sala de aula, de giz em punho ou caneta, quadro interativo, falando, escrevendo, trocando informações, usando PowerPoint e Datashow, pronta para apresentar conteúdos, é possivelmente a mais facilmente associada ao trabalho como professores do Ensino Contábil, frente aos desafios do processo de Ensino-aprendizagem. Mas nós, os protagonistas dessa leva, sabemos bem que até que se chegue a esse momento é preciso percorrer um longo caminho de envolvimento e preparação que possa garantir o sucesso do ensinar-aprender com qualidade na busca da perfeição e megacompetência. Nós professores da Ciência Contábil, Educadores e Formadores, temos a obrigação, enfim, em estar comprometidos com o Processo Ensino-Aprendizagem, o qual consiste em conduzir outra pessoa ao aprender. Devemos percorrer multicaminhos, incertezas, inovações, desempenhos, visão de multiplicidade de influências, pressões, abordagens emergentes, procedimentos, equacionamentos e respostas que o mesmo pode dar em face da complexidade de que se reveste a ação de EDUCADOR.

Alertamos os professores da Contabilidade da importância de ter a noção exata

de quem somos e nosso papel no processo, ou seja, o de fundar os alicerces do conteúdo programático, com proposição de aplicações concretas embasadas e inteiradas para o pleno desenvolvimento e crescimento do conhecimento (pessoal, profissional) dos alunos. Pois ensinar para aprender representa um gesto, um método e uma técnica de causa e efeito que atua diretamente na aprendizagem, este é o mínimo que temos de fazer.

O artigo tem por objetivos alertar situações, tais como: - O Ensino-Aprendizagem; - O aluno; - O professor; - O de fundar os alicerces de atividade docente (planejamento, estrutura, didática, metodologia, aplicação concreta e real de conteúdo programático atualizado), de acordo com visão de mercado internacional, ou seja, o jeito de ensinar uma disciplina para a busca da excelência.

Temos de desafiar o aluno a propor situações que ele considere complexas, mas não impossíveis. Trata-se de gerar nele uma certa tensão, a tensão do conhecimento que o anime a ousar, que o convide a pensar, repensar, a explorar, a usar conhecimentos adquiridos e testar sua capacidade para tarefas.

II. PARA CADA DISCIPLINA, UM JEITO DE ENSINAR

Ensinar representa um conjunto de métodos e técnicas gerais e formais a partir da visão restrita de transmissão do conteúdo da cabeça do professor para a cabeça dos alunos ou como um treinamento e exercitação de habilidades.

O ensino é uma das cinco funções especializadas que constituem o moderno complexo conhecido como profissão da educação. Assim, ensinar é praticar do ponto de vista efetivo da experiência de outra pessoa. Ensino é sempre a execução, diretamente com alunos.

As peculiaridades das áreas do conhecimento que os docentes saibam a teoria específica da disciplina em que atuam e tenham condições de lançar mão de estratégias para ensiná-la. Nem sempre a formação da carreira de professor se debruça sobre todos esses aspectos, e a principal característica dos professores do Ensino Contábil é o desconhecimento dos processos de envolvimento da Metodologia do Ensino Superior. Segundo o pesquisador José Carlos Libâneo, professor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás-Puc/GO, isso ocorre também

“Tenho muito prazer no desafio de bolar situações que levem os alunos a se surpreender com o próprio desconhecimento e querer aprender mais.”



Figura 1. Planejamento do Professor Contábil

em cursos de pedagogia, quanto nas licenciaturas. No primeiro caso, há um foco nos procedimentos, enquanto no segundo dirige-se demasiada ênfase aos conteúdos. Nos dois formatos, segundo o mesmo, verifica-se a dissociação entre aspectos inseparáveis na formação de professores: o conhecimento do conteúdo (disciplinar) e o conhecimento pedagógico do conteúdo (conhecimento didático), conforme artigo “Formação de Professores e Didática para o Desenvolvimento Humano”.

Mozart Nevez Ramos, Diretor de Articulação e Inovação do Instituto Ayrtton Senna, São Paulo, também defende que: “Não se trata de saber apenas o assunto, mas também de conseguir traduzi-lo nos professores o ensino e aprendizagem”. Portanto, um caminho para quem quer se aprimorar-se as formações oferecidas para educadores que queiram ser protagonistas excelentes no processo.

III. O PLANEJAMENTO DAS AULAS MOTIVAÇÃO E DESAFIOS

A fase de planejamento tão fundamental – É, na minha concepção difícil e prazerosa nas mesmas proporções. Costumo iniciar a concepção das sequências didá-

ticas delineando os objetivos que quero que os alunos atinjam. Logo em seguida, parto para a etapa mais fascinante: imaginar os meios que vou utilizar para que isso aconteça. É aí que tento definir quais seriam as situações mais adequadas, antecipo os obstáculos com os quais os alunos terão de lidar, encontros possíveis, saídas para auxiliá-los e tento prever o imprevisível, mas sem ingressar demais, dando espaço para que apareçam idéias novas no contato com a turma. Tenho muito prazer no desafio de bolar situações que levem os alunos a se surpreender com o próprio desconhecimento e querer aprender mais. Me sinto e divirto preparando o caminho que será percorrido por eles, como eu me intrigo ao estudar os conteúdos e revisá-los.

A busca por materiais também rende boas situações e histórias. Se por um lado, preparar aulas é uma obrigação, por outro, constitui uma oportunidade que anima a inserir assuntos novos, a pesquisar sobre eles, e, acima de tudo, a buscar entender como as pessoas aprendem e muito. Intrigante refletir sobre como ensinar algo que nunca ensinei. Mesmo que eu conheça o conteúdo a fundo, para fazer com que os alunos se apropriem dele, me coloco no lugar de

quem não sabe. Construo, assim uma relação completamente diferente com meus próprios saberes. Ao conceber as atividades, o professor precisa exercer não apenas o ponto de vista de quem observa a partida e a chegada do percurso de aprendizagem, mas também tentar compreender como os alunos percorrerão esta distância.

No dia a dia da profissão docente contábil os espaços para que isso aconteça são pouco valorizados. Seguidamente ouço dizer que o professor aprende no trabalho com os alunos. Percebi na prática pela vivência de 36 (trinta e seis) anos como professor do curso de Ciências Contábeis, que isso não é um discurso vazio. Os momentos de planejamento e estrutura são realmente aquele em que tenho a oportunidade sobre como consolidar os meus próprios aprendizados. Ao debruçar-me sobre os tópicos que quero abordar e pensar. Pensar sobre como ensiná-los, garanto que, na aula, todo o tempo será utilizado a favor do desenvolvimento dos discentes. (Figura 1).

IV. O PROFESSOR CONTÁBIL LIGADO

Meirieu, propõe um deslocamento da Pedagogia da resposta, para a Pedagogia

da pergunta. Para isso, o autor define o que é uma boa situação – problema e sugere um jeito de ensinar mais pautado em questionamentos desencadeadores de processos de aprendizagem, na concepção Freiriana, ensinar e pesquisar são parte de um mesmo ato de conhecimento que pressupõe uma “curiosidade epistemológica”. Portanto, fazer com que o aluno domine linguagens, enfrentar situações-problemas, compreender fenômenos, elaborar respostas e construir argumentações, é obrigação sine qua non de todo professor da Área Contábil inserido no competente desenvolvimento do ensinar-aprender. Para tanto, o mesmo deve desenvolver formas (vide figura 2), para atingir o ápice desejado de aprender

e tornar o processo cheio de curiosidades e motivações para a formação de Contadores competentes e habilidosos tão almejados pela Sociedade.

V. CONCLUSÃO

A educação é conclamada a se apropriar da qualidade da aprendizagem para a potencialização do protagonismo do aluno e do professor, para o desencadear e conquista da excelência social, cultural e profissional. Visitar e revisitar as teorias da aprendizagem, a

partir de novos conhecimentos e práticas é a inspiração que todo o Professor da Ciência Contábil deve fazer. Devem estar engajados plenamente na busca da excelência e sucesso, tais como: -As contribuições das neurociências para o processo ensinar-aprender? – Como trabalhar

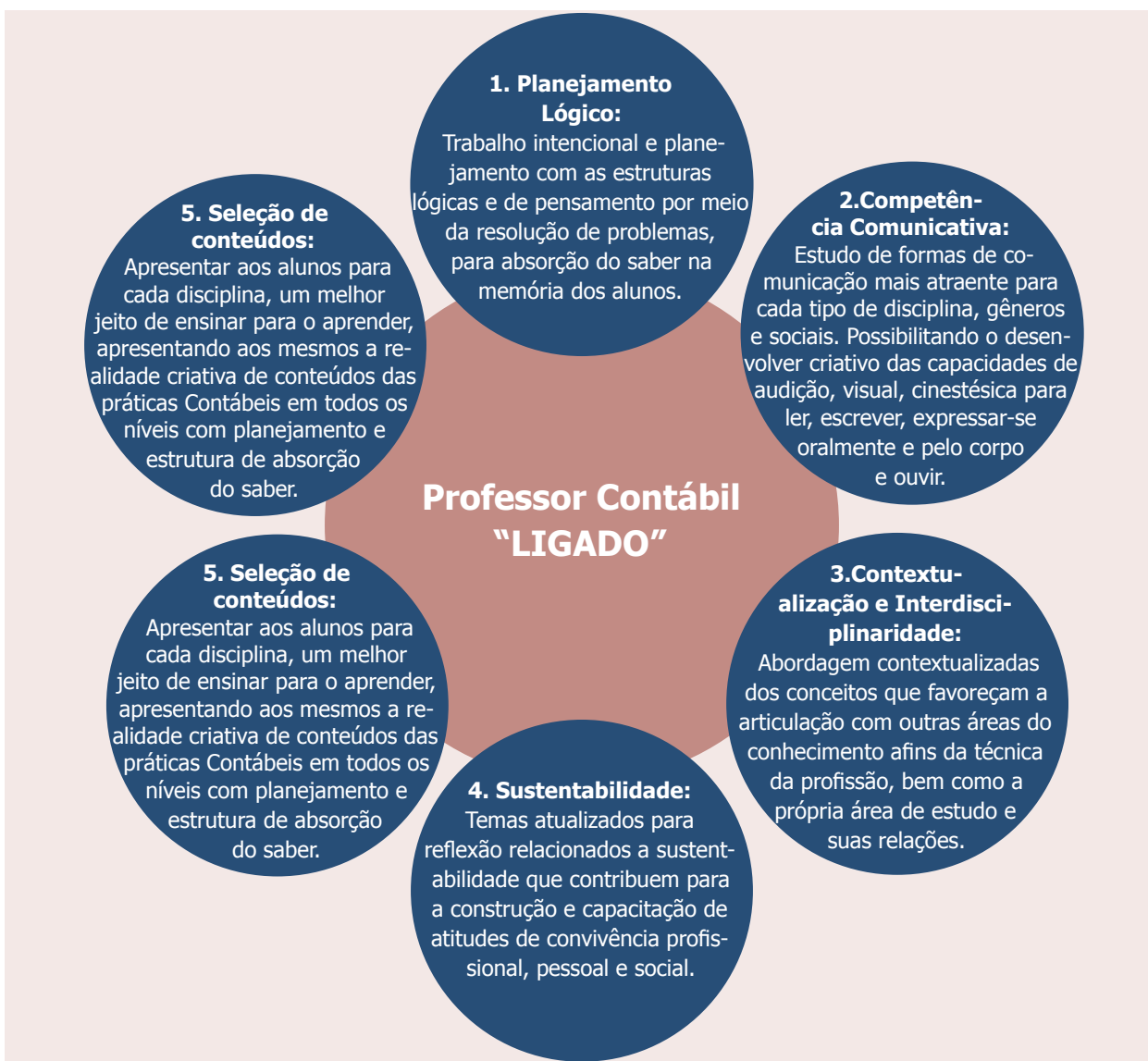


Figura 2. O Professor Contábil Ligado

“ É preciso repensar a reforma e reformar nosso pensamento para uma Educação e Ensino Contábil de mudanças reais para o crescimento pessoal nosso e de nossos alunos. ”



diferentes ritmos e processos de aprendizagem? – Como incluir a todos alunos da sala de aula para o interesse e motivação da profissão? – Como se aprende e como criar melhor jeito de ensinar hoje? – Como planejar melhor minhas aulas e conteúdos? Concluímos dizendo que o papel do Educador Contábil consciente é testemunhar a seus alunos, diariamente sua amorosidade, competência, habilidades, coerência entre o que faz e o que diz, ser capaz de conviver com as diferenças para lutar com os antagonicos. Devemos estimular nossos alunos à dúvida, ao delírio, a crítica, a curiosidade, a pergunta, o gosto do risco, a aventura de criar convencido a realidade ao ser que está sob nossa responsabilidade, para a partir daí, organizar, planejar e melhorar ações para a diversidade do conhecimento Contábil. É preciso repensar a reforma e reformar nosso pensamento para uma Educação e Ensino Contábil de mudanças reais para o crescimento pessoal nosso e de nossos alunos. É, preciso mudar nossa concepção e atitudes como professores para conosco, recomendo necessidades, qualidades e assumir com humil-

dades de ensino para o estímulo para melhor formação e desenvolvimento do Contador. Temos que ter a presença da nossa honestidade no processo ensinar-aprender contábil e não sermos meros coadjuvantes do processo simplesmente para visão do status de ser um professor universitário do ensino da Contabilidade. Ter como fundamentos o de promover o desenvolvimento de competências e habilidades garantindo ao aluno dominar linguagens, enfrentar situações, dominar a técnica contábil e construir argumentações e críticas.

VI. BIBLIOGRAFIA

- FREIRE, P. Educação como prática de liberdade. Editora RJ-Paz e Terra, 11ª edição, 1980;
 LIBÃNEO, José Carlos. Abr.Ai/Didáticas-Específicas;
 MORIM, Edgar. Os setes saberes necessários à educação do futuro. Editora Cortez, 3ª edição, SP, 2001;
 MERIEU, Philippe. Aprendiz.... Sim, mas como? Editora Penso, SP, 7ª edição.



Nicolau Schvez – Contador, mestre e doutor em Comunicação Social; especialista em Metodologia do Ensino Superior; master em Programação Neuro-Linguística; acadêmico da Academia Brasileira de Ciências Contábeis-ABRACICON. Honra ao Mérito Docência Contábil pelo CRCRS e detentor do Prêmio Hilário Franco concedido pela AIC/CFC em 2005.

Raimundo Neto de Carvalho

Por Fabrício Santos



Auditor Fiscal da Fazenda Estadual. É atualmente presidente do Conselho de Contribuintes do Estado do Piauí. Foi secretário de Fazenda do Piauí, superintendente de gestão da Secretaria de Educação e Cultura do Piauí; presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Piauí (1998 a 1999) e vice-presidente de Controle Interno do CFC (2000 a 2003). É membro da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (ABRACICON), ocupando a cadeira nº 11, e ALMP, cadeira nº 10.1).

“...obtive, como corolário, aquilo que se pode denominar de reconhecimento da classe contábil...”

1) O senhor foi presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Piauí e vice-presidente de Controle Interno do Conselho Federal de Contabilidade. Quais os pontos marcantes da sua atuação na administração de uma das classes mais importantes do País?

R – Em primeiro lugar, quero dizer que foi um grande aprendizado em dois momentos diferentes.

A minha atuação como presidente foi marcada por ações em duas vertentes distintas: a primeira, voltada ao público externo, levando ao conhecimento da sociedade civil as finalidades do Conselho e suas ações, utilizando também a mídia como canal eficiente para divulgação dos eventos realizados, parcerias firmadas, programação de atividades, etc.; a segunda, internamente, com ações de controle dos atos da administração da entidade, dando-lhes a necessária transparência.

No que tange ao CFC, também a principal preocupação foi com o controle dos atos do Sistema CFC/CRCs, por meio de eventos de esclarecimento aos atores envolvidos, colocando em destaque os responsáveis pela Contabilidade dos Conselhos, cuja iniciativa culminou com a publicação de uma obra literária sobre a operacionalização dos procedimentos do controle interno dos atos do Sistema CFC/CRCs.

2) O senhor é membro da Academia Brasileira de Ciências Contábeis, da Academia de Letras do Médio Parnaíba e da Academia Piauiense de Ciências Contábeis. Como é, para o Senhor, ser reconhecido por tantos méritos à classe contábil?

R – Comprometido com um trabalho perseverante, voltado não somente ao universo acadêmico, mas também à sociedade como um todo, obtive, como corolário, aquilo que se pode denominar de reconhecimento da classe contábil

ao mourejo de um profissional da contabilidade que sempre acreditou na grandeza de sua categoria profissional.

Na verdade, ninguém constrói uma imagem sem passar pelos procedimentos básicos de edificação de qualquer obra: pedra por pedra, tijolo por tijolo, degrau por degrau, até que se atinja o topo.

Quem se dispõe a colaborar com causas tão nobres como a da defesa das prerrogativas de uma categoria profissional ou a da preservação de um incomensurável patrimônio imaterial (científico, histórico ou literário), não pode perder de vista os princípios e os valores imprescindíveis à estruturação do arcabouço da obra que se está a erigir, ou seja, de uma sociedade melhor.

3) Atualmente, o senhor é presidente do Conselho de Contribuintes do Estado do Piauí, órgão que julga, em segunda e última instância, processos de natureza fiscal e tributária. Em sua opinião, a carga tributária brasileira ainda é um entrave para o desenvolvimento do País? Por quê?

R— Não necessariamente como Presidente do Conselho de Contribuintes, mas como cidadão comum, e, principalmente, como ocupante do cargo de Secretário de Estado da Fazenda do Piauí, dispondo de assento no Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), não poderia deixar de colocar o Brasil em comparação com os demais países, extraíndo desse cotejo as seguintes lições:

a) Perdemos em competitividade, no mercado globalizado, pela exportação de tributos embutidos nos custos dos produtos fabricados no mercado nacional;

b) Perdemos o elo Cidadania-Governo, com serviços públicos de deplorável qualidade, passando aos contribuintes a ideia de que não vale a pena pagar tantos tributos;

c) Encorajamos a sonegação fiscal ostensiva, que exsurge como retaliação à exorbitante carga tributária, tendo em contrapartida serviços públicos equivalentes àqueles existentes em comunidades tribais;

d) Mantemos uma legislação tributária dispersa e em constante alteração, que acaba comprometendo os princípios da legalidade, anterioridade, nonagesimal e, também, da publicidade e da segurança jurídica, malferindo os direitos elementares do contribuinte brasileiro;

“Ninguém constrói uma imagem sem passar pelos procedimentos básicos de edificação de qualquer obra: pedra por pedra, tijolo por tijolo, degrau por degrau, até que se atinja o topo.”

e) Temos um Custo Brasil exagerado, com crescentes despesas públicas quase que em progressão geométrica, sem que haja retorno à Nação em infraestrutura e serviços essenciais. Basta conferir os descalabros que atingem as áreas de saúde, educação e segurança pública, em inexplicável contraste com obras monumentais.

4) Recentemente, a mídia especializada vem noticiando que a profissão contábil é uma das mais valorizadas no mercado de trabalho. O senhor concorda com essa afirmação?

R — Deve ser a mais importante no contexto econômico-social, nos limites das ações que definem, organizam e apuram resultados de todos os empreendimentos/investimentos que contribuem para formação do Produto Interno Bruto (PIB). O Brasil ainda não tomou consciência deste fato.

A mídia faz justiça quando veicula informação desse naipe. A Contabilidade se faz presente no projeto, na implantação, na operacionalização, na ampliação, na revitalização e, finalmente, na apuração dos resultados econômicos de todos os empreendimentos, sejam de fins lucrativos ou simplesmente sociais.

Comporta entender que a valorização da profissão contábil ocorre como resultado da própria estrutura socioeconômica do país, na medida em que lucros e prejuízos devem ser regamente apurados e distribuídos com os sócios/acionistas, na forma da lei.

Por outro lado, sem os mecanismos de Contabilidade, os recursos públicos não estariam submetidos a severos controles e tampouco existiria razão para concepção de um mecanismo como o Portal da Transparência, que permite a qualquer cidadão conhecer e avaliar o fluxo de dinheiro à disposição dos nossos governantes.

5) Como docente, qual a sua avaliação no ensino da Contabilidade nas Instituições de Ensino Superior?

R — Milito no magistério superior das Ciências contábeis desde o ano de 1987, primeiramente em uma instituição de ensino superior privada e depois na Universidade Federal do Piauí, onde permaneço até hoje. O trabalho de ensinar é um sacerdócio, em que só obtém sucesso quem o desenvolve por amor. Primeiro, porque a remuneração é incompatível com a missão pedagógica; depois, pela falta de estrutura adequada

das instituições de ensino superior, aí se incluindo meios físicos e aperfeiçoamento do corpo docente.

O Brasil tem um investimento muito baixo em educação pública, comparativamente com o PIB, e esses recursos ainda sofrem a ação predatória da corrupção, que impede que os recursos atinjam sua finalidade pública.

Não fosse a política pública predatória, destinando parques recursos à educação, o ensino superior poderia ser bem mais proveitoso aos jovens que conduzirão o futuro do nosso país. No campo contábil, especificamente, a grade curricular deveria contemplar toda a realidade da profissão, havendo necessidade de consolidação do aprendizado teórico através de aplicação prática de todos os fundamentos da Ciência Contábil.

6) Como o senhor avalia o trabalho do Sistema CFC/CRCs em prol dos profissionais brasileiros?

R – O Sistema tem sido conduzido com muita maestria no sentido do engrandecimento da classe contábil brasileira. As ações e as atividades desenvolvidas por nossos líderes classistas têm colocado o profissional contábil num patamar de reconhecimento, pela sociedade brasileira, nunca antes atingido. Anteriormente, o Sistema focava prioritariamente na fiscalização do exercício da profissão. Atualmente, além de diversos outros enfoques, destaco a Educação Continuada e o fato de o CFC ser o órgão normatizador da profissão e fazer isso com excelência, como as principais forças condutoras da grandeza da classe. Espero que as administrações seguintes continuem esses trabalhos.

Ao reformular o seu modelo de atuação, o CFC passou a andar de mãos dadas com outras entidades contábeis, no limiar de um futuro por demais promissor para a classe contábil.

Priorizando o preparo técnico-científico,

as entidades classistas oferecem ao Brasil profissionais qualificados, prontos ao enfrentamento de qualquer desafio na sua área de atuação.

7) Qual a importância da classe contábil nos mecanismos de controle e arrecadação dos tributos, como principal fonte de financiamento dos serviços públicos?

R – Reconhecendo o valor do profissional contábil, como agente presente em todas as operações empresariais, mediante

“ Não fosse a política pública predatória, destinando parques recursos à educação, o ensino superior poderia ser bem mais proveitoso aos jovens que conduzirão o futuro do nosso país. ”

registros fiscais e contábeis que resultam em demonstrações de interesse do Fisco e das partes societárias, a Fazenda Pública tem envidado esforços no sentido de manter os contabilistas como verdadeiros parceiros.

Com efeito, existindo a consciência cívica da prevalência do interesse público sobre o interesse particular, referidos profissionais podem contribuir, de maneira efetiva, para sobrestar – ou, pelo menos, para minimizar – a evasão fiscal, sendo este um mal que corrói perversamente as finanças públicas, refletindo negativamente nos serviços prestados aos cidadãos.

A identificação do contador, na Ficha Cadastral de cada contribuinte, é um avanço que conduz ao fortalecimento da parceria que se pretende consolidar, tendo a classe contábil como importante aliada na defesa do interesse público.



Análise das demonstrações contábeis de acordo com as novas normas brasileiras aplicadas ao setor público

Por Daniele Santos da Silveira, Iara Marchioreto e Marcos Zambeli da Silva

RESUMO

Este trabalho busca analisar as Demonstrações Contábeis Públicas de acordo com as novas normas brasileiras, as quais sofreram alterações em sua forma de apresentação e contabilização, devido à convergência aos padrões internacionais. São apresentados conceitos sobre a Administração Pública, seguido da Contabilidade Pública e seus aspectos relevantes, como os princípios norteadores da contabilidade que serviram de alicerce para este estudo, os quais se devem respeito na aplicabilidade de eventuais normas. A legislação pertinente à contabilidade pública no Brasil foi devidamente apresentada e demonstrada ao longo do trabalho através de seus dispositivos. A análise propriamente dita foi realizada com base no Manual de Contabilidade Pública Aplicada ao Setor Público, e demais normas correlatas.

Palavras-Chave: Demonstrações Contábeis; Alterações; Contabilidade Pública.

Keywords: Public Financial Statements; Changed; Public Accounting.

ABSTRACT

This study aims to analyze the Public Financial Statements in accordance with the new Brazilian rules, which changed in your way of presentation and accounting, due to the convergence with international standards. Concepts are presented on Public Administration, followed by the Public Accounting and material aspects, as the guiding principles of accounting that served as the foundation for this study, which must respect the applicability of any standards. The relevant legislation to public accounting in Brazil has been properly presented and demonstrated throughout the work through their devices. The analysis was performed based on Public Accounting Manual applied to the public sector, and other related standards.

1. INTRODUÇÃO

A Contabilidade, ciência social que tem por objeto o estudo do patrimônio das entidades, serve para subsidiar as tomadas de decisões, fornecendo informações para seus usuários externos. A Contabilidade Pública, um dos ramos da Contabilidade, segue a mesma orientação e será estudada neste trabalho.

Este estudo terá como base os aspectos normativos principais no que tange à Contabilidade Pública no Brasil, sendo, a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 4.320 de 1964, a Lei Complementar nº 101 de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), suas



edições, e demais Portarias emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), como também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Buscou-se apresentar as mudanças ocorridas nos demonstrativos contábeis públicos com a convergência aos padrões internacionais, e qual o seu reflexo na análise das Demonstrações Contábeis obrigatórias para o exercício de 2014, a saber: Balanço Orçamentário (BO); Balanço Financeiro (BF); Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); Balanço Patrimonial (BP).

Faz-se mister salientar que a Portaria da STN nº 634/2013, estabeleceu como prazo final para implantação do Plano de Contas aplicado ao Setor Público (PCASP) e adoção das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) o final do exercício de 2014. Ou seja, as Prestações de Contas referentes a 2014, em diante, deverão estar enquadradas nas novas normas, sendo facultativa a elaboração da Demonstração de Fluxo de Caixa e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, conforme Portaria da STN nº 733/2014.

2. A CONTABILIDADE NO SETOR PÚBLICO

"A Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os princípios de contabilidade e as normas contábeis direcionadas ao controle patrimonial das entidades do setor público." (MCASP 5ª edição, 2012, Parte V, p. 5).

2.1. Administração Pública

De acordo com Meirelles (1984, apud Kohama, 2012, p. 9), "Administração Pública é todo o emparelhamento do Estado, preordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessida-

des coletivas".

O artigo 2º da Constituição Federal de 1988 traz a divisão da Administração Pública nos três poderes, os quais atuam nas esferas federal, estadual, distrital e municipal: "São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário." E, ainda, reforça no artigo 37: "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)".

A administração pública é o meio pelo qual os governantes devem gerir os recursos públicos, prestando serviço à população de forma eficiente, para que os benefícios concedidos sejam realmente sentidos por seus usuários.

Segundo Mauss (2012, p. 4):

O poder Executivo é o poder do Estado que possui a atribuição de governar o povo, o patrimônio público e os interesses públicos, cumprindo fielmente as ordenações legais, e para isso a administração pública é classificada em direta e indireta.

O Decreto-Lei nº 200/1967, o qual dispõe sobre a organização da Administração Federal, trouxe essa divisão entre classes em seu artigo 4º, sendo a Administração Direta constituída dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios, e a Administração Indireta, composta das Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações Públicas, todas dotadas de personalidade jurídica próprias.

Com a gestão do patrimônio público, os administradores têm a responsabilidade de prestar contas de seus atos à coletividade. A contabilidade é a ferramenta que serve de base para que os dados reais

sejam demonstrados, apurando-se, então, o resultado de cada exercício financeiro dos gestores.

2.2. A Contabilidade Pública no Brasil e seus Aspectos Normativos

A Contabilidade é aplicada no setor público brasileiro desde 1808, com a chegada da Família Real e o Alvará assinado por Dom João VI:

Ordeno que a escrituração seja mercantil por partidas dobradas, por ser a única seguida pelas nações mais civilizadas, assim pela sua brevidade para o manejo de grandes somas, como por ser a mais clara e a que menos lugar dá a erros e subterfúgios onde se esconde a malícia e a fraude dos prevaricadores. (Castro, 2013, p. 103).

Segundo o método das partidas dobradas, para cada débito deve-se ter um crédito correspondente, ou mais de um crédito, de modo que o valor total dos débitos e créditos seja igual.

Ferreira (2011, p. 100) acrescenta, ainda, que:

Como consequência do uso das partidas dobradas, o valor total dos débitos é sempre igual ao valor total dos créditos; o total dos saldos devedores é sempre igual ao total dos saldos credores e o ativo total (devedor) é sempre igual ao passivo total (PE+PL), que é de natureza credora.

Sobre os aspectos históricos da contabilidade pública no Brasil, em 1889 foi Proclamada a República Federativa do Brasil e em 1890 criou-se o Tribunal de Contas da União, com competências relacionadas ao exame, revisão e julgamento de todas as operações que envolviam receita e despesa orçamentária da União. Em 1922 foi aprovado o Código de Contabilidade da União, regulamentado pelo Decreto nº 15.783/1922, os quais possibilitaram ordenar os procedimentos

orçamentários, financeiros, contábeis e patrimoniais em âmbito federal à época. Por meio do Decreto-Lei nº 2.416/1940, foi aprovada a consolidação de normas para os Estados e Municípios, e, posteriormente, para a União. (BEZERRA FILHO, 2008).

O ano de 1964 foi um marco importante para a Contabilidade Pública, pois foi sancionada a Lei nº 4.320/1964 a qual estatuiu as Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços dos entes da federação: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Seguem abaixo artigos da referida Lei, entretanto, ressalta-se que outros serão abordados no momento oportuno.

Art. 85. Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

Art. 86. A escrituração sintética das operações financeiras e patrimoniais efetuar-se-á pelo método das partidas dobradas.

Art. 89. A contabilidade evidenciará os fatos ligados à administração orçamentária, financeira patrimonial e industrial.

Em seguida o Decreto-Lei nº 200/1967, o qual dispõe sobre a organização da Administração Federal e estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa, trouxe a divisão entre a Administração

Pública Federal, conforme supracitado no Subitem 2.1, e em seu artigo 6º os Princípios Fundamentais a serem obedecidos pelos entes:

Planejamento, Coordenação, Descentralização, Delegação de Competência e Controle.

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) instituiu normas de finanças públicas em seu Título VI, Capítulo II, contendo dispositivos sobre o Plano plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual, dentre outros artigos correlatos.

A Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, conforme preceito da CF/88, e serve de instrumento para fiscalização da gestão pública de forma transparente.

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar. (Artigo 1º, § 1º, Lei Complementar nº 101/2000).

A Portaria nº 184/2008 do Ministério da Fazenda, para auxiliar na implantação das mudanças ao novo padrão de contabilidade pública, em seu artigo 1º, determinou à:

Secretaria do Tesouro Nacional - STN, órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, o desenvolvimento das seguintes ações no sentido de promover a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela International Federation of Accountants - IFAC e às Normas Brasileiras de Contabilidade

aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente (...).

Dentre outras normas adotadas na Contabilidade Pública, salientam-se as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicada ao Setor Público (NBC's T 16. a 16.11), em especial a NBC T 16.6, aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, que trata sobre as Demonstrações Contábeis, foco deste trabalho. O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e suas edições, especificamente, a 5ª edição, aprovada pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 437/2012 e demais Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade.

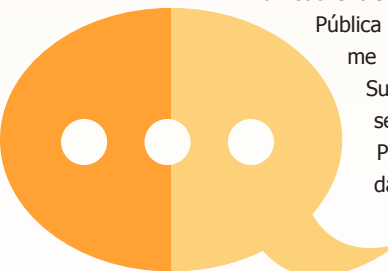
2.3. Conceito, Objetivo e Campo de Aplicação da Contabilidade Pública

A Contabilidade Pública evidencia como o seu objeto, o Patrimônio Público, é gerido, o que, aliado a transparência, corrobora para a fiscalização por parte dos órgãos de controle, bem como para o controle social realizado pelos cidadãos, como forma de participação na gestão pública.

Para Kohama (2000, p. 50): "Contabilidade Pública é o ramo da Contabilidade que estuda, orienta, controla e demonstra a organização e execução da Fazenda Pública, o Patrimônio Público e suas variações".

Silva (2002, p. 218) traz o conceito de que a "Contabilidade Governamental é uma especialização da Contabilidade científica, voltada para o estudo e a análise dos atos e fatos que ocorrem na Administração Pública".

Dentre os objetivos da Contabilidade Pública, o principal, de acordo com a Resolução CFC nº. 1.128/08 (NBC T 16.1), Item 4, é:



Fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

Consoante o artigo 83 da Lei nº 4.320/64, "A contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados".

O campo de aplicação da Contabilidade Pública, ou seja, quem deverá aplicar suas regras, é definido na NBC T 16.1, Item 8, que considera todas as entidades do setor público, observando o seguinte: "integralmente, as entidades governamentais, os serviços sociais e os conselhos profissionais; parcialmente, as demais entidades do setor público, para garantir procedimentos suficientes de prestação de contas e instrumentalização do controle social". Diante disso, tem-se que o campo de aplicação da contabilidade pública é a Administração Direta (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) e a Administração Indireta (Autarquias, Fundações Públicas e Empresas Dependentes). De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), nº 101/2000, empresa estatal dependente é aquela:

Empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária. (Lei nº 101/2000, artigo 2º, inciso III).

O artigo 87 da Lei nº 4.320/64 confirma que "Haverá controle contábil dos direitos e obrigações oriundos de ajustes ou

contratos em que a administração pública for parte". Portanto, se o ente controlador entregar recursos financeiros a empresa pública ou sociedade de economia mista para o pagamento de despesas com pessoal, de custeio em geral ou de capital, tais entidades estarão sujeitas à aplicação das normas contábeis públicas.

2.4. Princípios de Contabilidade

A Resolução CFC nº 750/1993, atualizada pela Resolução CFC nº 1.282/2010, dispõe sobre os Princípios de Contabilidade, os quais foram consolidados passando a constar seis, a saber: Princípio da Entidade, da Continuidade, da Oportunidade, do Registro pelo Valor Original, da Competência e da Prudência.

2.4.1 Princípio da Entidade

Elencado no artigo 4º do referida Resolução:

O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição. (Resolução CFC nº 1.282/2010, artigo 4º).

Tal segregação se faz importante tendo em vista que o patrimônio público não pertence ao gestor, não podendo dispor destes recursos para concepção de interesses particulares.

Da Resolução CFC nº 1.111/2007, Item 1.1, pode-se extrair que:

O Princípio da Entidade se afirma, para o

ente público, pela autonomia e responsabilização do patrimônio a dele pertencente. A autonomia patrimonial tem origem na destinação social do patrimônio e a responsabilização pela obrigatoriedade da prestação de contas pelos agentes públicos.

2.4.2 Princípio da Continuidade

Na sequência, o artigo 5º traz que "O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância".

No âmbito da entidade pública, a continuidade está vinculada ao estrito cumprimento da destinação social do seu patrimônio, ou seja, a continuidade da entidade se dá enquanto perdurar sua finalidade (Resolução CFC nº 1.111/2007, Item 1.2).

2.4.3 Princípio da Oportunidade

Baseia-se no fornecimento de informações íntegras e de forma tempestiva para auxiliar na apresentação fidedigna das demonstrações contábeis do órgão.

O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas. Parágrafo único. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação. (Resolução CFC nº 1.282/2010, artigo 6º).

Sob a perspectiva do setor público, tal princípio de acordo com a Resolução CFC nº 1.111/2007, "é base indispensável à integridade e à fidedignidade dos registros contábeis dos atos e dos fatos que

afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade pública, observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público.”

2.4.4 Princípio do Registro pelo Valor Original

Segundo o artigo 7º da Resolução CFC nº 1.282/2010, “O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.”

Em seu primeiro parágrafo traz as bases de mensuração que devem ser utilizadas em cada caso específico, sendo o custo histórico e sua variação (decorrentes de fatores como o custo corrente, valor realizável, valor presente, valor justo e atualização monetária).

2.4.5 Princípio da Competência

O Princípio da competência reconhece os efeitos das transações na data do seu fato gerador, não importando o seu efetivo recebimento ou pagamento. Conforme artigo 9º Resolução CFC nº 1.282/2010, tal princípio “determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.” E ainda, em seu parágrafo único, “O Princípio da Competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas”.

Insta destacar que o Regime Contábil aplicado ao setor público é o da Competência. A Portaria Conjunta STN/SOF nº 3/2008, em seu artigo 6º transcreve que:

A despesa e a receita serão reconhecidas por critério de competência patrimonial, visando conduzir a contabilidade do setor público brasileiro aos padrões internacionais e ampliar a transparência sobre as contas públicas.

2.4.6 Princípio da Prudência

Por fim, o princípio da prudência, o qual serve como precaução à mensuração dos elementos patrimoniais, a saber, ativo e passivo.

O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido. (Resolução CFC nº 1.282/2010, artigo 10).

Segundo os aspectos do setor público, e conforme a Resolução CFC nº 1.111/2007, a Prudência está em consonância com os Princípios Constitucionais da Administração Pública, devendo constituir garantia de inexistência de valores fictícios, de interesses de grupos ou pessoas, especialmente gestores, ordenadores e controladores.

3. AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PÚBLICAS

As demonstrações utilizadas pela Contabilidade Pública para que os administradores apresentem suas prestações de contas à sociedade são, de acordo com a Lei nº 4.320/64, o Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e Balanço Patrimonial, dentre outros anexos que acompanham e subsidiam a análise de tais demonstrativos.

Os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, segundo os Anexos números 12, 13, 14 e 15 e os quadros demonstrativos constantes dos Anexos números 1, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 16 e 17. (Lei nº 4.320/1964, artigo 101).

Segundo Carvalho e Cerccato (2014, p. 711):

As demonstrações contábeis são de fundamental importância por representarem as saídas de informações geradas pela Contabilidade Pública, promovendo transparência dos resultados orçamentários, financeiros, econômico e patrimonial do setor público.

Cada demonstrativo tem sua finalidade e contribui de forma peculiar para a análise da gestão pública, sendo elaborado de acordo com os manuais e legislação obrigatória.

O Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público (MCASP) traz a padronização das Demonstrações Contábeis pelos entes da federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), bem como dos procedimentos contábeis a serem adotados. Conforme supracitado, este estudo será embasado na 5ª edição do referido Manual (Parte V), tendo em vista que será tratado sobre a apresentação dos balanços no exercício financeiro de 2014.

3.1. Balanço Orçamentário

É o demonstrativo que confronta as receitas previstas com as realizadas, bem como a despesas fixadas com as executadas, tendo como objetivo o acompanhamento da execução do orçamento.

O artigo 52 da LRF trata da composição do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, no qual o Balanço Orçamentário faz parte, como se segue:

Art. 52. O relatório a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de: I - balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as: a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada; b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;

Esta era a redação original da NBC T 16.6, que regia o modelo anterior, porém foi alterada pela Resolução CFC nº 1.268/2009, passando a vigorar o seguinte:

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário. (NBC T 16.6, Item 20)

O detalhamento em níveis relevantes de análise ficou a cargo da Secretaria Nacional do Tesouro, que através de seus Manuais determina o modelo a ser utilizado. (CARVALHO; CERCCATO, 2014).

Antes de adentrar na análise propriamente dita deste demonstrativo, faz-se importante explicar de forma breve as etapas da Receita e Despesa Orçamentárias, de modo a clarificar o entendimento.

No caso da receita, inicia-se com a eta-

pa da previsão, em seguida lançamento, a arrecadação e termina com o recolhimento. Entretanto, nem todas as receitas necessitam percorrer todas as fases. De acordo com o Manual Técnico de Orçamento (2014 p. 25), "pode ocorrer arrecadação de receitas não previstas e também das que não foram lançadas, como é o caso de uma doação em espécie recebida pelos entes públicos."

Como no modelo atual do Balanço Orçamentário as despesas

Quadro 1. Balanço Orçamentário – Receitas (MCASP 5ª edição, Parte V, p. 9).

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITAS REALIZADAS (B)	SALDO C = B – A	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
RECEITAS CORRENTES Receita Tributária Receita de Contribuições Receita Patrimonial Receita Agropecuária Receita Industrial Receita de Serviços Transferências Correntes Outras Rec. Correntes						
RECEITAS DE CAPITAL Operações de Crédito Alienação de Bens Amortiz. de Empréstimos Transferências de Capital Outras Rec. de Capital						
SUBTOTAL RECEITAS (I)						
REFINANCIAMENTO (II)						
SUBTOTAL REFINANCIAMENTO (III) = I + II						
DÉFICIT (IV)						
AMORT.DÍV / REFINANC. (VII)						
SUBTOTAL REFINANC. (VIII) = VI + VII						
SUPERÁVIT (IX)						
TOTAL (V) = III + IV						
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES						

tiveram um acréscimo de colunas, diria, de detalhamento, visto que antes eram apenas as colunas de previsão e execução, faz-se importante o aprofundamento nas Etapas da Despesa Orçamentária, eis que são apresentadas neste Demonstrativo, a saber: empenho, liquidação e pagamento.

Antecipadamente a essas etapas, conhecidas como integrantes da execução da despesa, é realizado o planejamento dos gastos, assim como nas receitas, tendo em vista o princípio orçamentário do equilíbrio. A Lei Orçamentária Anual (LOA), instrumento de planejamento orçamentário, estima as receitas e fixa despesas para o exercício a que se refere, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Constituição Federal. Com isso, o Legislativo autoriza uma dotação para determinado órgão ou ente, a qual não poderá ser ultrapassada, salvo os casos previstos em lei. Tal dotação prevista na LOA comporá a primeira coluna das despesas do

Balanco Orçamentário.

Já a segunda coluna, dotação atualizada, é composta da coluna da previsão mais/ menos as alterações oriundas dos créditos adicionais,

São créditos adicionais, as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento. Os créditos adicionais classificam-se em: I – suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária; II – especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica; III – extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública. (Lei nº 4.320/64, art. 40 e 41)

Os créditos suplementares e especiais, mais utilizados, são autorizados por lei e abertos por meio de decreto (artigo 42 da referida Lei), respeitados os limites

estabelecidos na Lei Orçamentária. Como fontes de recursos utilizadas para esta abertura, dentre outras, têm-se a anulação de outra dotação orçamentária, o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior e o excesso de arrecadação.

Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. E por excesso de arrecadação, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Lei nº 4.320/64, art. 43, §§ 2º e 3º)

Nota-se que as despesas estão classificadas em correntes e de capital, sendo que no modelo antigo eram classificadas por tipo de créditos. Tendo em vista essa nova apresentação, segundo o MCASP 5ª

Quadro 2. Balanço Orçamentário – Despesas (MCASP 5ª edição, Parte V, p. 10)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES pessoal e encargos sociais juros e encargos da dívida outras despesas correntes						
DESPESAS DE CAPITAL Investimentos Inver. Financeiras Amort. da Dívida						
RESERVA DE CONTING						
RESERVA DO RPPS						
SUBTOTAL DESPESAS (VI)						
AMORT.DÍV / REFINANC. (VII)						
SUBTOTAL REFINANC. (VIII) = VI + VII						
SUPERÁVIT (IX)						
TOTAL (X) (X) = VIII + IX						

edição (2012, Parte V, p. 4), “o Balanço Orçamentário será complementado por nota explicativa detalhando as despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário)”.

A terceira coluna trata da Despesa Empenhada, retratando o montante da dotação que está comprometido para ser utilizado com as atividades e programas do ente. A Lei nº 4.320/64, art. 58 e 59 traz o conceito de empenho: “O empenho de despesa é ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. (...) e não poderá exceder o limite dos créditos concedidos.”

O novo modelo traz essa etapa como a execução propriamente dita da despesa, em consonância com o artigo 35 da Lei nº 4.320/64: “Pertencem ao exercício financeiro: I – as receitas nele arrecadadas; II – as despesas nele legalmente empenhadas”. O confronto entre tais receitas e despesas resultará em um superávit ou déficit orçamentário do exercício.

A segunda etapa da despesa e, também, a coluna que se segue, é a liquidação, que consiste na verificação do direito líquido e certo pelo credor, ou seja, atestar que a despesa está pronta para ser paga. E a última etapa, é o pagamento, o qual só será realizado após sua liquidação.

Ao analisar as colunas, pode-se extrair quanto das despesas foram empenhadas, liquidadas e pagas, bem como verificar as que não concluíram essas etapas, sendo possível a visualização dos Restos a Pagar, cuja definição encontra respaldo no artigo 36 da Lei nº 4.320/64, a saber, “consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas”, abaixo segue quadro esquematizado da diferença mencionada:

Quadro 3. Manual completo de Contabilidade Pública, 2ª edição, 2014, p. 738

Despesas Liquidadas – Despesas Pagas = Restos a Pagar Processados

Despesas Empenhadas – Despesas Liquidadas = Restos a Pagar Não Processados

Este demonstrativo é utilizado, também, para análise do cumprimento ou não da chamada “Regra de Ouro”, descrita no artigo 167 da Constituição Federal de 1988:

É vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

Segundo Carvalho e Cercatto (2014, p. 724), “o objetivo da denominada Regra de Ouro é inibir a contratação de empréstimos para financiar gastos correntes, evitando que o ente público tome emprestado de terceiros para pagar despesas de pessoal, juros ou custeio”.

A análise da Previsão Orçamentária busca comparar a Receita Prevista e a Despesa Fixada, tendo como objetivo avaliar o cumprimento do Princípio do Equilíbrio.

Análise da Receita Orçamentária: Receita Arrecadada em comparação com a Receita Prevista Atualizada, sendo que deste resultado, podemos aferir um excesso de arrecadação (quando positivo), o que poderá ser utilizado para abertura de créditos adicionais, anteriormente mencionados, ou uma insuficiência na arrecadação (quando negativo), demonstrando erro na estimativa, o que pode estar relacionado a outros fatores.

Análise da Despesa Orçamentária: Confronta-se a Dotação Atualizada com a Despesa Empenhada, sendo que seu resultado pode evidenciar uma economia de despesa, quando a execução for menor que o previsto, tendo em vista que a dotação autorizada pela LOA não foi totalmente utilizada. Ou ser nulo, quando forem iguais.

De acordo com o MCASP: “A despesa, por ser fixada, só pode ser realizada até o valor autorizado, significando que somente pode ser emitido empenho até o valor do crédito orçamentário disponível, observando-se ainda, a especificidade do orçamento.”

Carvalho e Cercatto (2014, p. 726), reforçam, ainda, que “O excesso de despesa resulta de uma execução de despesa acima da fixada pelo Poder Legislativo, portanto, trata-se de uma situação de inconsistência, vedada pela legislação”. Análise da Execução do Orçamento: Confronto da Receita Arrecadada com a Despesa Empenhada, resultando um superávit orçamentário do exercício, quando as receitas forem maiores que as despesas, ou, do contrário, um déficit orçamentário, geralmente aceito em órgãos que não possuem receita própria suficiente, e a recebam de forma extraorçamentária.

Ressalta-se que são evidenciadas neste Balanço apenas as receitas e despesas orçamentárias, entretanto, há uma exceção quanto aos saldos provenientes do exercício anterior, os quais são fontes



Quadro 4. Restos a Pagar Não Processados (MCASP 5ª edição, Parte V, p. 10).

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a+b-c-e)
	Em exercícios anteriores (a)	Em 31 de dezembro do exercício anterior (b)				
DESpesas CORRENTES						
DESpesas D E CAPITAL						
TOTAL						

Quadro 5. Restos a Pagar Processados (MCASP 5ª edição, Parte V, p. 11).

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a+b-c-e)
	Em exercícios anteriores (a)	Em 31 de dezembro do exercício anterior (b)			
DESpesas CORRENTES					
DESpesas D E CAPITAL					
TOTAL					

extraorçamentárias de recursos no exercício atual, utilizados para suplementar a dotação das despesas orçamentárias.

Tratam-se dos saldos provenientes de superávit financeiro, apurados no Balanço Patrimonial do exercício anterior, e dos créditos extraordinários e especiais reabertos (conforme artigo 167 § 2º da CF/88), considerados como fontes para

abertura de créditos adicionais no exercício corrente. Neste demonstrativo, no quadro das receitas, em suas últimas linhas, podemos verificar se foi aberto crédito adicional utilizando tais recursos, servindo para o equilíbrio das contas.

Dois quadros foram adicionados ao Balanço Orçamentário, de grande auxílio para o cruzamento das informações.

Demonstra os restos a pagar processados de exercícios anteriores, ou seja, despesas que já passaram pelo estágio da liquidação, estando aptas para o pagamento no exercício corrente.

3.2. Balanço Financeiro

De acordo com Carvalho e Cerccato (2014, f. 750), "O Balanço Financeiro re-



presenta a equação de equilíbrio entre as entradas e saídas de recursos financeiros dos órgãos e entidades da Administração Pública”.

Este demonstrativo evidencia os Ingressos e Dispêndios no exercício financeiro em análise. Na coluna dos Ingressos, tem-se as Receitas Orçamentárias (classificadas em vinculadas e ordinárias), bem como as Receitas Extra-orçamentárias e, ainda, o saldo do disponível advindo de exercício anterior. Na coluna dos Dispêndios, temos as Despesas Orçamentárias, as quais obedecem à mesma classificação das receitas, as Despesas de natureza Extra-orçamentárias, e, por fim, o saldo final a ser transferido para o exercício seguinte. Abaixo segue o modelo do novo Balanço Financeiro, de acordo com as novas normas de apresentação:

Importante ressaltar que o total das colunas deverá ser sempre o mesmo, aten-

dendo, assim, ao método das partidas dobradas.

O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. (Lei nº 4.320/1964, artigo 103).

O parágrafo único do referido artigo, remete a inscrição dos restos a pagar, conforme se segue: “Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extra-orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária”, tal situação se dá devido ao fato de que quando as despesas orçamentárias do exercício não são integralmente pagas, o saldo a pagar (independentemente de liquidação) será inscrito em restos a pagar e, por isso, são lançadas como receitas

extraorçamentárias, para deduzir o valor da despesa, de modo que o saldo disponível para o exercício seguinte demonstre a realidade do caixa.

O MCASP traz os conceitos de cada item demonstrado no Balanço, de forma a consolidar o entendimento e sanar eventuais dúvidas. Uma importante mudança do modelo antigo para o apresentado acima, está na destinação das receitas e despesas. Podem ser ordinárias, atendendo a qualquer finalidade, sendo livre a origem e a aplicação dos recursos; ou vinculadas, as quais devem cumprir com as finalidades específicas e propostas pela legislação.

Por ocasião da realização da receita orçamentária, evidencia-se a finalidade específica para a futura aplicação dos recursos financeiros. Por outro lado a execução da despesa orçamentária indica a finalidade específica da efetiva aplicação desses re-

ursos. A destinação dos recursos, na execução da receita e da despesa, permite avaliar que demandas da sociedade tiveram arrecadação e empenho, conforme vinculações legais. (MCASP 5ª edição, 2012, Parte V, p. 20 e 21).

As transferências financeiras recebidas podem ser orçamentárias ou extraorçamentárias. As efetuadas em cumprimento a execução do orçamento são as cotas, repasses e sub-repasses. Já as transferências financeiras concedidas, representam a contrapartida das transferências financeiras recebidas, além de também refletirem as movimentações entre órgãos e entidades da administração direta e indireta. (MCASP 5ª edição, Parte V, 2012).

Quadro 6. Balanço Financeiro (MCASP 5ª edição, Parte V, p. 18, adaptado).

INGRESSOS/RECEITAS			DISPÊNDIOS/DESPESAS		
Especificação	2014	2013	Especificação	2014	2013
Receita Orçamentária (I)			Despesa Orçamentária (VI)		
Ordinária			Ordinária		
Vinculada			Vinculada		
Previdência Social			Previdência Social		
Transferências obrigatórias			Transferências obrigatórias		
Convênios			Convênios		
(-) Deduções da Receita Orçamentária			(...)		
Transferências Financeiras Recebidas (II)			Transferências Financeiras Concedidas (VII)		
Recebimentos Extraorçamentários (III)			Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		
Saldo em espécie do exercício anterior (IV)			Saldo em espécie para o exercício seguinte (IX)		
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)			TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)		

Os recebimentos e pagamentos extra-orçamentários retratam os ingressos e dispêndios que não pertencem ao órgão ou ente, são retidos para depois serem repassados a quem de direito, como por exemplo, cauções, depósitos e consignações. As inscrições de restos a pagar são evidenciadas nos ingressos, como supracitado, e nos dispêndios tem-se o seu pagamento, de forma extraorçamentária, tendo em vista que se referem a exercício anterior (o qual foi lançado como despesa orçamentária).

O balanço financeiro permite apurar o resultado financeiro do ente público, de duas maneiras: a comparação entre o saldo em bancos ou caixa para o exercício seguinte com o saldo de exercício anterior; ou pela soma das receitas orçamentárias e extraorçamentárias, menos as despesas orçamentárias e extraorçamentárias.

O MCASP 5ª ed. (2012, Parte V, p. 20), traz que “a análise e a verificação do balanço financeiro tem como objetivo predominante preparar os indicadores que servirão de suporte para a avaliação da gestão financeira”. Temos como compará-lo a um fluxo de caixa, visto que identifica as entradas e saídas de um determinado período, e, embora a despesa orçamentária apresente-se como empenhada, tem sua contrapartida compensatória, restando o saldo em bancos devidamente comprovado junto aos extratos, refletindo a situação financeira da entidade.

3.3. Demonstração das Variações Patrimoniais

Consoante artigo 104 da Lei nº 4.320/64, “A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio resultantes ou

independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício”.

As variações patrimoniais podem ser qualitativas e quantitativas. As variações qualitativas são aquelas que alteram a composição dos elementos patrimoniais (ativo, passivo) sem afetar o patrimônio líquido. Já as variações quantitativas podem ser aumentativas e diminutivas, de acordo com o impacto dos lançamentos no patrimônio líquido.

Insta explanar que tal demonstrativo, evidencia nas variações aumentativas, tanto receitas orçamentárias quanto extraorçamentárias, bem como ocorre com as despesas. Entretanto, nas despesas orçamentárias deve-se ter atenção, tendo em vista que são demonstradas apenas as despesas liquidadas, ou seja, a diferença que por ventura terá de outros demonstrativos que subsidiam a conferência da despesa, como, por exemplo, o anexo 2 e o 11, será o restos a pagar não proces-

sados, ou, até mesmo, os restos a pagar anteriores porém liquidados neste exercício, farão parte das variações diminutivas. Pode-se utilizar a Demonstração dos resultados do exercício (DRE) na contabilidade privada como analogia a Demonstração das Variações Patrimoniais, pois ambas tem como confronto as despesas e as receitas auferidas no ano financeiro, de modo que o resultado influenciará seu Patrimônio Líquido.

O MCASP efetua essa comparação, porém, ressaltando que:

A Demonstração do Resultado do Exercício apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da empresa. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais. (MCASP 5ª edição, 2012, Parte V, p. 22)

Quadro 7. Demonstração das Variações Patrimoniais (MCASP 5ª edição, Parte V, p. 23/24, adaptado).

VARIACIONES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
VARIACIONES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2014	013
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Contribuições		
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		
Transferências Recebidas		
Valorização e Ganhos com Ativos		
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		
VARIACIONES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos		
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		
Transferências e Delegações Concedidas		
Desvalorização e Perda de Ativos		
Tributárias		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		
RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO		

Quadro 8. Variações Patrimoniais Qualitativas (MCASP 5ª edição, Parte V, p. 25, adaptado).

	2014	2013
Incorporação de ativo		
Desincorporação de passivo		
Incorporação de passivo		
Desincorporação de ativo		

Os conceitos dos elementos patrimoniais disposto pelas novas normas de contabilidade pública, devido à convergência aos padrões internacionais, são os mesmos dos apresentados no CPC 00:

Segundo a Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 05, este demonstrativo pode ser apresentado de duas formas, pelo modelo sintético ou analítico, em função do grau de detalhamento.

A diferença positiva entre as variações aumentativas e diminutivas resulta em um superávit, o qual será somado ao patrimônio líquido no balanço patrimonial; da mesma forma, se o resultado for deficitário, ou seja, as despesas forem maiores, implicará na diminuição do patrimônio líquido do ente. O valor encontrado neste demonstrativo é denominado de Resultado Patrimonial do Exercício, pois ele que influenciará o patrimônio da entidade.

Sobre as variações patrimoniais qualitativa, faz-se necessário ressaltar que serão consideradas apenas as despesas e receitas de capital, e, ainda quanto à relevância de sua demonstração. Sobre informação relevante, o CPC 00 define como “aquela capaz de fazer a diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários”.

O MCASP 5ª edição (2012, Parte V, p. 28) explica as variações qualitativas como “decorrentes da execução orçamentária, que consistem em incorporação e desincorporação de ativos, bem como incorporação e desincorporação de passivos”. De acordo com a Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 05 (2014, p. 6) emitida pela Secretaria do Tesouro Nacional:

O Quadro de Variações Patrimoniais Qualitativas é de elaboração facultativa, não

sendo, portanto, apresentado. Cabe ressaltar que para fins de apresentação dos Demonstrativos Contábeis, o Quadro de Variações Patrimoniais Qualitativas pode ser apresentado como nota explicativa da DVP, caso o ente julgue que as alterações ocorridas foram significativas e materiais.

3.4. Balanço Patrimonial

Este demonstrativo sofreu muitas modificações em sua estrutura, assemelhando-se com o Balanço Patrimonial da Contabilidade Privada. Trata-se de uma fotografia, ou seja, uma representação estática do ente/órgão naquele determinado momento, na data da sua emissão. De acordo com o MCASP 5ª edição (2012, Parte V, p. 29):

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

Ativo – são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. Passivo – são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. Patrimônio Líquido – é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

A Lei nº 4.320/64, em seu artigo 105, traz a composição antiga do Balanço Patrimonial, formada pelo Ativo Financeiro, Ativo Permanente, Passivo Financeiro, Passivo Permanente e Contas de Compensação.

Conforme exposto acima, a Lei supracitada confere ao Balanço Patrimonial um caráter orçamentário, tendo em vista que divide tanto o Ativo, quanto o Passivo, em

Quadro 9. Definições (Art. 105 da Lei nº 4.320/64, adaptado).

Ativo Financeiro: compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numéricos

Passivo Financeiro: compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independa de autorização orçamentária.

Ativo Permanente: compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa

Passivo Permanente: compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação: serão registrados os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos casos acima e que, imediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.

Quadro 10. Definições (MCASP 5ª edição, Parte V, p. 29, adaptado).

Os ativos devem ser classificados como circulantes quando satisfazem a um dos seguintes critérios: a) estiverem disponíveis para realização imediata; e b) tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.	Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.
Os demais devem ser classificados como não circulantes.	Os demais devem ser classificados como não circulantes.

dois grupos a depender ou não de autorização orçamentária.

A nova estrutura do Balanço Patrimonial classifica o Ativo e o Passivo em Circulante e Não Circulante, de acordo com seu

grau de conversibilidade e exigibilidade.

A conta Ajustes de Exercícios Anteriores, demonstrada no Patrimônio Líquido, serve para registrar o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil,

para fins de adequação dos lançamentos contábeis.

A conta Ajustes de Exercícios Anteriores, demonstrada no Patrimônio Líquido, serve para registrar o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil, para fins de adequação dos lançamentos contábeis.

Esta demonstração contábil acompanha três quadros anexos, que serão apresentados abaixo:

Trata-se de um resumo do modelo anterior, e, apesar de ter sido substituído pela classificação com enfoque patrimonial, é necessária sua demonstração em

Quadro 11. Balanço Patrimonial (MCASP 5ª edição, Parte V, p. 31, adaptado).

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2013	2014	ESPECIFICAÇÃO	2014	2013
Ativo Circulante Caixa e Equivalentes de Caixa Créditos a Curto Prazo Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo Estoques VPD Pagas Antecipadamente			Passivo Circulante Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo Demais Obrigações a Curto Prazo		
Ativo Não Circulante Ativo Realizável a Longo Prazo Créditos a Longo Prazo Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo Investimentos Participações Permanentes Propriedades para Investimento Demais Investimentos Permanentes Imobilizado Bens Móveis Bens Imóveis Intangível Softwares Marcas, Direitos e Patentes			Passivo Não Circulante Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo Demais Obrigações a Longo Prazo		
			Patrimônio Líquido Patrimônio Social e Capital Social Reservas de Capital e de Lucros Ajustes de Avaliação Patrimonial Resultados acumulados Resultado do exercício Resultado de exercícios anteriores Ajustes de exercícios anteriores (-) Ações em Tesouraria		
TOTAL			TOTAL		

Quadro 12. Ativo e Passivo Financeiro e Permanente (MCASP 5ª edição, Parte V, p. 31, adaptado).

	2013	2014		2014	2013
ATIVO FINANCEIRO			PASSIVO FINANCEIRO		
ATIVO PERMANENTE			PASSIVO PERMANENTE		
Saldo Patrimonial					

Quadro 13. Compensações. (MCASP 5ª edição, Parte V, p. 32, adaptado).

ESPECIFICAÇÕES	2013	2014	ESPECIFICAÇÕES	2014	2013
SALDO ATOS POTENCIAIS ATIVOS			SALDO ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
TOTAL			TOTAL		

separado, como subsídio para análise do superávit financeiro apurado no exercício corrente, utilizado como fonte para abertura de crédito adicional.

Conforme o MCASP 5ª edição (2012, Parte V, p. 30) "os ativos e passivos financeiros e permanentes serão apresentados pelos seus valores totais, podendo ser detalhados".

Carvalho e Cercato (2014, p. 773) discorrem que:

Em virtude da forma diferenciada com que os elementos patrimoniais são reconhecidos no balanço patrimonial de "ênfoque patrimonialista" e no de "ênfoque orçamentário", o patrimônio líquido apurado em cada um deles poderá ser diferente.

Isto ocorre, por exemplo, com os Restos a Pagar Não Processados, os quais são demonstrados no Passivo Financeiro, por enquadrarem-se na definição de não precisarem de autorização legislativa, porém, não são demonstrados no Passivo Circulante, visto que sem a liquidação (entrega do bem ou serviço) não é reconhecida a obrigação de pagamento.

O quadro das compensações deve ser composto de atos potenciais ativos e passivos que possam influenciar no patrimônio líquido, o Manual traz como exemplos, os direitos e obrigações conveniadas ou contratadas, responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros, entre outros.

De acordo com a Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 04 (2014, p. 7): "Os valores dos atos potenciais já executados não são considerados. Somente devem ser considerados os atos potenciais do ativo e passivo a executar".

O último quadro anexo ao Balanço Patrimonial é o Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro, no qual, segundo a IPC 04 (2014, p. 7), "podem ser apresentadas algumas fontes com déficit e outras com superávit financeiro, de modo que o total seja igual ao superávit/déficit financeiro apurado pela diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro".

O próprio nome deste quadro já induz sua finalidade, tendo em vista que veio para suprir uma necessidade: a de demonstrar,

daquele valor apurado na diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro (art. 43 § 2º da Lei nº 4.320/64, transcrito no Subitem 3.1), quanto está comprometido com recursos vinculados, e, portanto, não poderá fazer frente à abertura de quaisquer créditos adicionais.

De acordo com o parágrafo único do artigo 8º da LRF, "Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele que ocorrer o ingresso." Por este motivo existe o mecanismo denominado destinação de recursos DR ou fonte de recursos FR, que identifica se são vinculados ou não, e quando o são, podem ser visualizados através deste demonstrativo, o qual indica sua finalidade (MCASP 5ª edição, 2012, Parte V). Abaixo segue alguns dos índices utilizados para análise do Balanço Patrimonial:

4. O CONTROLE EXTERNO EXERCIDO PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS

O Controle Externo no Brasil é realizado



Quadro 14. Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro. (MCASP 5ª edição, Parte V, p. 33).

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
ORDINÁRIA VINCULADA (Previdência Social, Transferências obrigatórias de outro ente, Convênios)	
TOTAL	

pelo Poder Legislativo, com o auxílio dos Tribunais de Contas. O controle exercido pelos Tribunais de Contas é técnico, tendo em vista as competências elencadas no artigo 71 da Constituição Federal de 1988, de fiscalização, bem como exame e julgamento das prestações de contas de governo, no qual emite parecer prévio.

Quadro 15. Índices do Balanço Patrimonial (MCASP 5ª edição, Parte V, p. 38, adaptado).

Liquidez Imediata = Disponível/Passivo Circulante	Indica capacidade financeira da entidade em honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo com apenas os recursos em caixa/bancos.
Índice de Solvência = Ativo Circulante + Ativo Não Circulante / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	Uma entidade é solvente quando está em condições de fazer frente a suas obrigações e ainda apresenta uma situação patrimonial que garanta a sua sobrevivência no futuro.
Endividamento Geral = Passivo Circulante + Passivo Não Circulante / Ativo Total	Demonstra o grau de endividamento da entidade, refletindo, também, a sua estrutura de capital.

A fiscalização por parte dos órgãos de controle pode ser de diversas naturezas, as quais são elencadas no artigo 70 da Constituição Federal vigente:

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

E seu parágrafo único, apresenta a jurisdição do Tribunal de Contas, ou seja, quem são os responsáveis para prestar-lhe contas, e o limite geográfico para sua atuação:

Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Os artigos supracitados referem-se ao âmbito federal, porém, foram replicados nas Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais, sendo, portanto, aplicáveis às demais esferas, no que couber.

As Demonstrações Contábeis servem de subsídio para esta fiscalização, visto que retratam os lançamentos contábeis efetuados, tanto de origem orçamentária, quanto patrimonial, de modo que os órgãos de controle externo possam detectar eventuais erros ou omissões ao

analisá-las, e, com isso, responsabilizar os gestores.

5. CONCLUSÃO

A Contabilidade no Setor Público, assim como no Setor Privado, contribui para a análise dos atos e fatos contábeis, de modo que, com a escrituração dos lançamentos, os acontecimentos da entidade, referente a determinado período, ficam registrados, facilitando sua verificação a posteriori.

As mudanças ocorridas nos demonstrativos contábeis públicos, trouxeram um caráter mais patrimonialista, tendo como foco principal, o Patrimônio Público, bem como a ação transparente e planejada das contas públicas.

Os demonstrativos obrigatórios para o exercício de 2014 foram apresentados no decorrer desta obra, nos novos moldes da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, consoante o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 5ª edição, com ênfase na Parte V – Demonstrações Contábeis. Ressalta-se, porém, que apesar desta obrigatoriedade para a divulgação das demonstrações com a nova estrutura, alguns procedimentos contábeis patrimonialistas, como, por exemplo, o reconhecimento de provisões, ativos e passivos contingentes, depreciações, amortizações, entre outros, tiveram seus prazos finais de implantação definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional através da Portaria nº 548/2015, não sendo, portanto, tratados dentro deste trabalho.



Infere-se, com este trabalho, a importância de aprofundar, constantemente, os conhecimentos nas Novas Normas Aplicadas à Contabilidade Pública, tendo em vista um maior esclarecimento tanto para quem tem o dever de prestar contas quanto para quem as analisa, pois, por se tratarem de regras determinadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, devem ser obedecidas.

Os Tribunais de Contas, como órgãos de controle externo, auxiliam na fiscalização dos recursos públicos, o que, aliado ao Controle Social, auxilia na concretização de toda uma cadeia de valores e serviços prometidos pelos entes públicos para ser entregues a toda sociedade.

As Demonstrações Contábeis Públicas são essenciais para a análise da gestão pública, tendo em vista que por meio destas, é possível auferir vários indicadores e com isso analisar se os recursos recebidos pelos entes estão sendo, realmente, aplicados da maneira mais eficiente possível e de acordo com a legislação, para que o resultado pretendido seja alcançado, ou melhor, com um planejamento bem realizado, obtenha-se uma execução eficaz.

REFERÊNCIAS

- BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade pública: teoria, técnica de elaboração de balanços e questões. 3 ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.
- BRASIL. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. CPC 00 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Disponível em <<http://www.cpc.org.br>> Acesso em 10 nov. 2015.
- BRASIL. Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm> Acesso em 10 set. 2015.
- BRASIL. Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm> Acesso em 11 set. 2015.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm> Acesso em 2 out. 2015.
- BRASIL. Instrução de Procedimento Contábil – IPC 04/2014. Metodologia para a Elaboração do Balanço Patrimonial. Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>> Acesso em 19 nov. 2015.
- BRASIL. Instrução de Procedimento Contábil – IPC 05/2014. Metodologia para a Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais. Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>> Acesso em 19 nov. 2015.
- BRASIL. Normas brasileiras de contabilidade: contabilidade aplicada ao setor público: NBCs T 16.1 a 16.11/Conselho Federal de Contabilidade. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012.
- BRASIL. Portaria conjunta STN/SOF nº 3 de 14 de outubro de 2008. Aprova os Manuais de Receita Nacional e de Despesa Nacional e dá outras providências. Disponível em <<http://www3.tesouro.gov.br>> Acesso em 4 out. 2015.
- BRASIL. Portaria nº 184 de 25 de agosto de 2008 do Ministério da Fazenda. Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, laboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Disponível em <<http://www.fazenda.gov.br>> Acesso em 28 out. 2015.
- BRASIL. Portaria nº 437/2012; Portaria Conjunta nº 02, de 13 de julho de 2012 da STN. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – Aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios válido a partir do exercício de 2013. 5ª edição, Brasília, 2012.
- BRASIL. Portaria nº 548 de 24 de setembro de 2015 da STN. Dispõe sobre prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sob a mesma base conceitual. Disponível em <<http://www.tesouro.gov.br>> Acesso em 30 out. 2015.
- BRASIL. Portaria nº 634 de 19 de novembro de 2013 da STN. Dispõe sobre regras gerais acerca das diretrizes, normas e procedimentos contábeis aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sob a mesma base conceitual. Disponível em <http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Portaria_STN_634_2013_Processo_Convergencia.pdf> Acesso em 29 set. 2015.
- BRASIL. Portaria nº 733 de 26 de dezembro de 2014 da STN. Estabelece regra de transição para a observância das regras referentes às Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público constantes do Manual de Conta-



bilidade Aplicada ao Setor Público para o exercício de 2014. Disponível em <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/36610/CPU_Portaria_STN_733_2014/64480665-4c20-4b45-b1a5-c64bbdaf33d7> Acesso em 30 set. 2015.

BRASIL. Resolução CFC nº 750 de 29 de dezembro de 1993. Alterada pela Resolução CFC nº 1.282/2010. Dispõe sobre os Princípios da Contabilidade (PC). Disponível em <<http://www.cfc.org.br>> Acesso em 3 out. 2015.

CARVALHO, Deusvaldo; CERCCATO, Márcio. Manual completo de contabilidade pública. 2 ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

CASTRO, Domingos Poubel de. Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público: integração das áreas do ciclo de gestão: planejamento, orçamento, finanças, contabilidade e auditoria e organização dos controles internos, como suporte à governança corporativa. 5 ed. – São Paulo: Atlas, 2013.

FEIJÓ, Paulo Henrique; CARVALHO JR., Jorge Pinto de; RIBEIRO, Carlos Eduardo. Entendendo a Contabilidade Orçamentária Aplicada ao Setor Público. 1 ed. – Brasília: Gestão Pública, 2015.

FERREIRA, Ricardo José. Contabilidade Básica: finalmente você vai aprender contabilidade: teoria e questões comentadas: Conforme a Lei das S/A, normas internacionais e CPC. 8 ed. – Rio de Janeiro: Ed. Ferreira, 2010.

KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: teoria e prática. 12 ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

MAUSS, Cezar Volnei. Análise de demonstrações contábeis governamentais: instrumento de suporte à gestão pública. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, Lino Martins da. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. 8 ed. – São Paulo: Atlas, 2009.



Daniele Santos da Silveira - Graduação em Ciências Contábeis e em Administração pela Pós-graduação em Administração Pública e Gestão de Cidades. Auditora Estadual de Controle Externo do TCE/MS.



Iara Marchioretto - Graduada em Ciências Contábeis; pós-graduação em Contabilidade Financeira e Auditoria. Mestrado em Gestão e Produção Agroindustrial e doutorado em Saúde e Desenvolvimento Regional. Analista de Regulação, na AGE-PAN/MS; docente e coordenadora do curso de Ciências Contábeis da Universidade Anhanguera-Uniderp. Vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CRCMS.



Marcos Zambeli da Silva - Graduado em Ciências Contábeis, com especialização em Gerência Contábil, Financeira, Controladoria e Auditoria. Docente dos cursos de Graduação em Ciências Contábeis e Pós-graduação em Controladoria.



PERFIL

Pedro Coelho Neto

Pedro Coelho Neto é empresário contábil. Graduado em Ciências Contábeis, pela Universidade Federal do Ceará; especializado em Auditoria, em cursos e seminários promovidos pelo Instituto de Auditores Independentes do Brasil; é professor da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e da Universidade Federal do Ceará (UFC); perito judicial com atuação na Justiça Federal, no Cível e na Justiça Trabalhista. Foi presidente do CRCCE (1988 – 1991), do SESCON-CE (1991/1995 e 1995/1998) e da FENACON (2001 – 2004). É coordenador da Comissão Administradora do Exame de Qualificação Técnica (CAE) do CFC (desde 2006); acadêmico titular da ABRACICON (cadeira nº 28) e presidente da Academia de Ciências Contábeis do Estado do Ceará.

Nascido na cidade do Crato, interior do estado do Ceará, Pedro Coelho Neto passou a infância entre a sua casa e a do avô, Pedro Coelho Lima, no bairro do Pimenta. Foi alfabetizado pela tia, Maria Coelho Lima, que era professora primária. Naquela mesma cidade estudou no Colégio Diocesano, onde se destacou a ponto de ganhar uma bolsa de estudos do Governo do Ceará. Entre os 10 e 12 anos ajudou na “bodega” do avô, vendendo bolo em datas festivas, velas nos dias de finados e bombinhas nas festas juninas. Aos 12 anos, foi morar com os pais, Antonio Coelho Lima e Maria Alves Coelho, e seus 6 irmãos mais novos, em Senador Pompeu, município do estado do Ceará, onde passou a seca de 1958, com grandes dificuldades.

Em 1959 mais uma mudança, desta vez para a capital de Fortaleza (CE), onde estudou nos colégios Castelo Branco, Municipal e na Fênix Caxe-

ral, concluindo o antigo segundo grau. Aos 14 anos foi trabalhar como “contínuo”, equivalente hoje a “office boy”, na Exportadora Jucá LTDA, empresa onde o seu pai trabalhava. Lá começou a ocupar os espaços que apareciam. Aos 19 anos, aconteceu o marco “zero” para sua família e para a vida profissional, pois, por conta da falência da Exportadora Jucá, a família foi despejada da casa onde moravam, na Praia de Iracema, que era paga pela empresa onde trabalhavam. Nessa ocasião a família era formada pelos pais e 9 filhos – 6 homens e 3 mulheres, sendo Pedro Coelho o mais velho.

Pedro Coelho destaca o contador Salustiano Pinto, in memoria, que atendendo ao pedido da sua mãe, lhe deu o primeiro emprego. O fato de já dominar os conhecimentos básicos da contabilidade, conseguiu novo emprego na Empresa Industrial LTDA,

onde trabalhou de janeiro a maio de 1966. Em junho conseguiu um emprego melhor na Caju do Brasil S/A – CAJUBRAZ, onde permaneceu até outubro de 1971, como contador.

Em 1967, ingressou na Universidade Federal do Ceará – UFC, concluindo o curso de Ciências Contábeis em 1970. Em seguida fez concurso privado para trabalhar na AUDIPLAN – Auditoria e Planejamento Ltda onde permaneceu até 1975.

Foi admitido como professor na Universidade de Fortaleza – UNIFOR, onde

ensinou até 1979. E admitido como professor na Universidade Federal do Ceará – UFC, inicialmente como celetista e, posteriormente, como funcionário público, onde se aposentou. Os professores Newton Jacques Studart, in memoriam, e José Monteiro Alves, lhe abriram as portas para o magistério na UNIFOR e na UFC, respectivamente.

Em 1975, fundou com José Martonio Alves Coelho e Francisco das Chagas Ponte Dias, a MARPE – CONTADORES ASSOCIADOS empresa onde atua até hoje há 40 anos. “Me é motivo de orgulho ter contribuído na formação de muitos profissionais nos mais de 20 anos de atuação no magistério e de ter acatado algumas centenas de colegas iniciantes nas nossas empresas, muitos deles hoje em pleno exercício”.

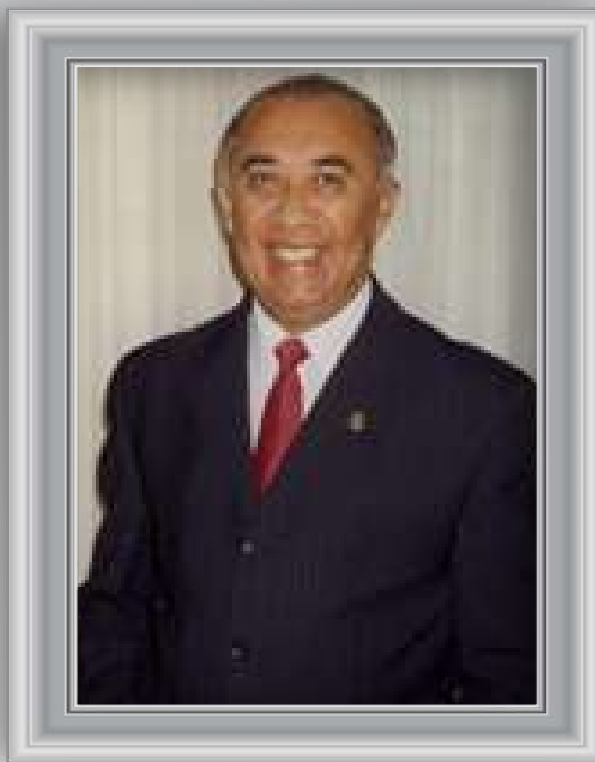
O contador é titular da cátedra de número 28 da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (ABRACICON) e possui diversas honrarias, entre elas, a Medalha de Mérito Contábil, outorgada pelo Conselho Regional de Contabilidade do Ceará; a Medalha Boticário Ferreira, pela Câmara Municipal de Fortaleza; e o Título de Comendador, pela Confederação Nacional do Comércio e Serviços.

Pedro Coelho contribuiu para a valorização de várias entidades de classe por onde passou, em especial a FENACON. “Praticamente vi nascer, e depois tive a honra de presidir. Sempre estive de pé e às ordens para ajudar, primando pelo fortalecimento da classe, somando e nunca dividindo”, concluiu.



Professor João Lopes da Cruz Neto

A Academia Brasileira de Ciências Contábeis apresenta, nessa seção, o currículo dos acadêmicos que fazem parte da história da ABRACICON. Conheça o currículo do professor João Lopes da Cruz Neto.



1 Informações

1.1 NOME

Professor João Lopes da Cruz Neto

1.2 NACIONALIDADE

Brasileiro

1.5 – FORMAÇÃO

Economista - Universidade Federal de Pernambuco
Contador - Universidade Federal de Pernambuco

2 Atividades Profissionais

- Professor da Universidade Católica de Pernambuco
- Professor da Faculdade de Administração da Sociedade Pernambucana de Cultura e Ensino
- Diretor de Assuntos Externos do Instituto Brasileiro de Contadores IBRACON - PE
- Membro Efetivo do Conselho Científico Superior Instituto de Pesquisas Augusto Tomelin - Minas Gerais
- Membro das Academias Brasileira e Pernambucana de Ciências Contábeis
- Sócio Efetivo da Associação Brasileira de Orçamento Público - ABOP - PE
- Auditor de Contas Públicas do Tribunal de Contas de PE
- Ex-diretor da Diretoria de Finanças do Tribunal de Justiça de Pernambuco

- Máster en Contabilidad Internacional - España - Universidad de Zaragoza - Septiembre de 1999

- Doutor em Contabilidade e Finanças pela Universidad de Zaragoza –Espanha 2004

- Ingresso no Lions Clube do Recife Guararapes em 7 de dezembro de 1994;

- Tesoureiro do Lions Clube do Recife Guararapes de 1994 a 1997

- Assessor Regional de Informática na gestão do PDG Ramiro Iolando Machado 2004/2005

- Presidente do Lions Clube do Recife Guararapes, na gestão do PDG Paulo Bezerra Nunes – 2005/2006

- Assessor Regional de Informática na gestão do PDG Paulo Bezerra Nunes-2005/2006

- Presidente da Região "A" do Distrito LA-3 na gestão do Governador Givaldo Calado de Freitas –2006/2007

- Organizador da III – Reunião do Conselho Distrital na gestão do Governador Givaldo Calado de Freitas. 2006/2007.

- Vice-governador na gestão do Governador José Carlos Martins de Oliveira 2007/2008.

- Governador do Distrito LA-3 gestão 2008/2009



Editor: Professor outor José Antonio de França é contador e economista: doutor em Ciências Contábeis; professor adjunto do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, da Universidade de Brasília (UNB); e auditor independente.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO



Editora: Edição do Autor (independente)
Ano: 2015
Autor: Francisco Glauber Lima Mota

Contabilidade Aplicada ao Setor Público é uma obra que chega ao mercado com produção independente, composta de 10 capítulos distribuídos em 396 páginas. A obra está atualizada com os recentes avanços da contabilidade governamental que incorporam procedimentos emanados do padrão de contabilidade aplicada ao setor público editado Internacional Public Sector Accounting Standards (IPSAS).

Destaca-se no capítulo 2 a adoção e incorporação de procedimentos de identificação, reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos e passivos financeiros com utilização da metodologia de valor presente; no capítulo 7 o reconhecimento de passivos não financeiros constituídos por provisões; e no capítulo 9 o processo de reconhecimento utilizado na redução ao valor recuperável. Nos demais capítulos o leitor encontrará outras sugestões de práticas que buscam a convergência com o padrão IPSAS, que inserem a contabilidade dos Entes Públicos (governamentais) no contexto de uma contabilidade voltada ao usuário.

A obra do Professor Francisco Glauber traz importantes contribuições para o ensino e práticas da contabilidade regulada para as entidades governamentais por tratar adequadamente o "velho" e o "novo". O velho é contexto da Lei 4.320/64 que vincula as práticas contábeis às práticas do orçamento. O novo é o desafio de romper com décadas de uma cultura de só fazer o que está na lei, na tentativa de valorizar também a essência e não só a forma.

A obra ainda oferece ao seu final uma relação de exercícios de fixação sobre parte dos conteúdos apresentados e discutidos, bem com as respectivas respostas, que podem auxiliar no processo de ensino-aprendizagem.

CONTROLADORIA UMA ABORDAGEM DA GESTÃO ECONÔMICA - GECON




Editora: ATLAS
Ano: 2007
Autor: Armando Catelli e outros

Controladoria: Uma abordagem da Gestão Econômica - GECON é uma obra que traz relevantes contribuições para o pensamento da gestão e entendimento de sistemas de avaliação. Nos seus 19 capítulos distribuídos em 570 páginas coloca a empresa, o processo de gestão e sistema de informações como os principais focos para a aplicação do método GECON e divide a obra em cinco partes.

No capítulo introdutório é feita uma contextualização do método que pode despertar interesse no leitor a se aprofundar na compreensão do método. Na sequência a Parte I trata do sistema empresa e da mensuração do resultado econômico, que discutem entre outros conteúdos medidas de eficácia e lucro. Na Parte II as ênfases são modelo e processo de gestão, planejamento do lucro, avaliação de desempenho e comportamento organizacional, como uma preparação do leitor para entender os fundamentos do método. Em seguida a Parte III revela as dimensões da mensuração do resultado econômico e a Parte IV discute a Controladoria. Por último a Parte V enfatiza a aplicação do método GECON e apresenta resultados.

Ainda que não seja um método largamente difundido, o GECON pode ser um importante instrumento para gestores no entendimento da essência do negócio e neste contexto a discussão dos seus resultados seria relevante para a tomada de decisão.



ENCONTRO NACIONAL DAS ACADEMIAS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

EXPANDIR O
SABER É O
NOSSO
DEVER!



Inscreva-se para o 20º CBC e participe do I Encontro Nacional deste momento especial promovido pela ABRACICON.

Além de uma palestra imperdível, o encontro trará aos participantes uma grande oportunidade para quem valoriza a produção científica e literária: a ExpoAbracicon, com lançamento coletivo de diversos livros e artigos.

Contamos com a sua presença!



Data:
14 de setembro de 2016
Horário: 10h às 12h

Local: Centro de Eventos
do Ceará
(Auditório do Pavilhão Oeste,
1º Mezanino, Salas 02 e 03)



ExpoAbracicon

Especial:
Lançamento coletivo de diversos
livros para você aproveitar!

Participação de **Cláudio Vieira**



SABER EM PAUTA

Curso: Atualização em IFRS
e a Lei nº. 12.973/2014:
com exemplos práticos



Palestrante:
**Laudelino
Jochem**

CRCPI	11/Ago	CRCAP	29/Set
CRCPR	18/Out	CRCSP	17/Nov
	CRCPB	01/Dez	



ABRAÇO

A ÉTICA, A CIÊNCIA, A TÉCNICA, O ZELO, A PRECISÃO, A EFICIÊNCIA, A QUALIDADE, A INOVAÇÃO, O DESENVOLVIMENTO, O PENSAMENTO, OS PROCESSOS, OS RESULTADOS, A TECNOLOGIA, A EVOLUÇÃO, O SABER, O SER, O DESCOBRIR, A INICIATIVA, O PROGRESSO, O NOVO, O BRASIL, O GLOBAL, O SOCIAL, O MEIO AMBIENTE, O EMPREENDEDORISMO, A TEORIA, A PRÁTICA, O INDIVÍDUO, A EQUIPE, O ONTEM, HOJE E AMANHÃ, A RESPONSABILIDADE, A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO,

A CONTABILIDADE.

Um abraço não consiste só no entrelaço entre duas ou mais pessoas. Também abraçamos causas, ideologias, crenças e o que nós somos. Abraçamos a nós mesmos e isso começa com o que escolhemos para o nosso futuro. Se você é tão apaixonado pela Contabilidade como nós, não fique de fora desse abraço. A ABRACICON oferece produtos personalizados para que você possa mostrar o seu orgulho pela profissão que abraça todos os dias. Para mais informações, acesse o site www.abracicon.org.br.

